

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

**Caderno II – Plano de Ação
2021-2030**

Município de Ponte de Sor



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI).....	6
1.1 ENQUADRAMENTO DO PMDFCI NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	6
1.2 ENQUADRAMENTO DO PMDFCI NO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	7
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	9
2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS.....	9
2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	11
2.2.1 PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	13
2.2.2 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	16
2.3. PRIORIDADES DE DEFESA.....	18
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	19
3.1 TIPOLOGIA DO CONCELHO.....	19
3.2 OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	19
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	21
4.1. AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS - 1º EIXO ESTRATÉGICO.....	21
4.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (RDFCI).....	22
a) Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC).....	23
b) Rede Viária Florestal.....	27
c) Rede de pontos de Água (RPA).....	29
d) Silvicultura no âmbito da DFCI.....	31
4.1.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO.....	32
a) Rede de FGC e MPGC, RVF E RPA.....	33
b) Rede de FGC	44
c) RVF.....	44
d) RPA.....	45
e) Metas e Indicadores.....	46
f) Orçamentos e responsáveis.....	47
4.2. REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS – 2º EIXO ESTRATÉGICO.....	48
4.2.1 AVALIAÇÃO.....	48

a) Comportamentos de risco.....	49
b) Fiscalização.....	50
4.2.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO.....	50
a) Sensibilização.....	50
b) Fiscalização.....	51
c) Metas e Indicadores.....	53
d) Orçamento e responsáveis.....	54
4.3. MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS - 3º EIXO ESTRATÉGICO.....	56
4.3.1 AVALIAÇÃO.....	56
a) Vigilância e deteção.....	56
b) 1ª Intervenção.....	59
c) Rescaldo e vigilância pós-incêndio.....	62
4.3.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO.....	62
a) Metas e indicadores.....	62
b) Orçamento e responsáveis.....	63
4.4. RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS – 4º EIXO ESTRATÉGICO.....	64
4.4.1 AVALIAÇÃO.....	64
4.4.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 4º EIXO ESTRATÉGICO.....	65
a) Estabilização de emergência e reabilitação de povoamentos e habitats florestais.....	65
4.5. ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ – 5º EIXO ESTRATÉGICO.....	68
4.5.1 AVALIAÇÃO.....	68
a) Formação.....	68
4.5.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO ESTRATÉGICO.....	69
a) Organização SDFCI.....	69
5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI.....	72
5.1 ORÇAMENTO TOTAL.....	72
6. ANEXO – CARTOGRAFIA.....	73

Índice de Quadros

QUADRO 1 - MODELOS DE COMBUSTÍVEL FLORESTAL PRESENTE NO CONCELHO DE PONTE DE SOR.....	10
QUADRO 2 - VALORES DE SUSCETIBILIDADE POR USO DO SOLO.....	15
QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES DE SUSCETIBILIDADE NO CONCELHO.....	16
QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES DE RIF NO CONCELHO.....	17
QUADRO 5 - OBJETIVOS E METAS ANUAIS DE DFCI PARA O MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR.....	20
QUADRO 6 - ESPECIFICAÇÕES DA REDE SECUNDÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL.....	24
QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DA REDE VIÁRIA FLORESTAL POR ORDEM.....	28
QUADRO 8 - REDE DE FGC COM E SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO.....	44
QUADRO 9 - RVF COM E SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO.....	45
QUADRO 10 - RPA A CONSTRUIR E/OU MANTER/BENEFICIAR.....	45
QUADRO 11 - METAS E INDICADORES PARA EXECUÇÃO DA REDE FGC, RVF E RPA.....	46
QUADRO 12 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA A EXECUÇÃO DA REDE DE FGC, RVF E RPA.....	47
QUADRO 13 - IDENTIFICAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DE RISCO.....	49
QUADRO 14 - INVENTARIAÇÃO DE AUTOS LEVANTADOS AO DEC. LEI Nº 124/06 DE 28 DE JUNHO (NA SUA ATUAL REDAÇÃO) EM 2018.....	50
QUADRO 15 - PROPOSTAS DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO.....	51
QUADRO 16 - OBJETIVOS DA FISCALIZAÇÃO.....	52
QUADRO 17 - DEFINIÇÃO DE METAS E INDICADORES PARA AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO.....	53
QUADRO 18 - DEFINIÇÃO DE METAS E INDICADORES PARA AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.....	54
QUADRO 19 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA CADA META E RESPONSÁVEIS - SENSIBILIZAÇÃO.....	55
QUADRO 20 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA CADA META E RESPONSÁVEIS - FISCALIZAÇÃO.....	55
QUADRO 21 - NÚMERO DE INCÊNDIOS E Nº TOTAL DE EQUIPAS DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO NOS DIFERENTES NÍVEIS DE PERIGO.....	58
QUADRO 22 - EQUIPAS E Nº DE ELEMENTOS DE 1ª INTERVENÇÃO NAS DIFERENTES FASES DE PERIGO.....	61
QUADRO 23 - METAS E INDICADORES POR ANO NAS DIFERENTES FASES DE PERIGO.....	63
QUADRO 24 - ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS REFERENTE AO 3º EIXO ESTRATÉGICO.....	63
QUADRO 25 - CALENDARIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ARDIDAS.....	67
QUADRO 26 - IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO.....	68
QUADRO 27 - ESTIMATIVA ORÇAMENTAL PARA A FORMAÇÃO.....	69
QUADRO 28 - ENTIDADES INTERVENIENTES NO SDFCI.....	70
QUADRO 29 - CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA CMDF.....	71
QUADRO 30 - SÍNTESE DE ESTIMATIVA DO PMDFCI POR EIXO ESTRATÉGICO.....	72

Índice de Figuras

FIGURA 1 – Enquadramento do PMDFCI do Município de Ponte de Sor no sistema de gestão territorial.....	8
FIGURA 2 - Mapa de modelos de combustíveis florestais	11
FIGURA 3 - Componentes do modelo de risco.....	12
FIGURA 4 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal.....	13
FIGURA 5 - Mapa de risco de incêndio florestal.....	17
FIGURA 6 - Mapa de prioridades de defesa.....	18
FIGURA 7 - Mapa de rede de faixas de gestão de combustível (RFGC).....	26
FIGURA 8 - Mapa da rede viária florestal (RVF)	29
FIGURA 9 - Mapa da rede de pontos de água (RPA).	31
FIGURA 10 - Mapa de silvicultura no âmbito da DFCI	32
FIGURA 11 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2021	34
FIGURA 12 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2022	35
FIGURA 13 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2023	36

FIGURA 14 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2024	37
FIGURA 15 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2025	38
FIGURA 16 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2026	39
FIGURA 17 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2027	40
FIGURA 18 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2028	41
FIGURA 19 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2029	42
FIGURA 20 - Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2030	43
FIGURA 21 - Mapa das zonas prioritárias de fiscalização	52
FIGURA 22 - Mapa de vigilância e detecção (localização dos PV e intervisibilidades).....	57
FIGURA 23 - Mapa de 1ª intervenção (potencial do tempo de chegada a partir do quartel dos bombeiros).....	59
FIGURA 24 - Mapa de 1ª intervenção (potencial do tempo de chegada a partir dos LEE)	60

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1ª intervenção (2018).....	62
--	----

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

O concelho de Ponte de Sor apresenta uma área de 83 971 hectares, dos quais 80 % são espaços florestais e agroflorestais, assumindo assim a área florestal um papel determinante em matéria de ordenamento do território, de desenvolvimento económico e de preservação ambiental, sendo fundamental para o futuro da floresta do Município a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável que permita a valorização e proteção deste património local.

1.1 ENQUADRAMENTO DO PMDFCI NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) visa operacionalizar ao nível local e municipal, as normas contidas na legislação referente à Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), em especial a Lei nº 76/2017, de 7 de agosto, com a republicação do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho e legislação complementar, nomeadamente o novo Regulamento do PMDFCI, anexo ao Despacho nº 443-A/2018, de 9 de janeiro.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), implementa, ao nível Municipal, as linhas orientadoras do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assentam em cinco eixos de atuação:

Eixo 1 - Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;

Eixo 2 - Reduzir a incidência dos incêndios;

Eixo 3 - Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;

Eixo 4 - Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;

Eixo 5 - Adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Este Plano, com um período de vigência de 10 anos (2021 a 2030), é elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal e apresentado à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), que delibera, e é aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). A coordenação e a gestão do referido plano são da responsabilidade do Presidente do Município.

1.2 ENQUADRAMENTO DO PMDFCI NO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL

O PMDFCI visa operacionalizar, ao nível local e municipal, as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (na redação que lhe é dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto) e no Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro (na redação dada na 1ª alteração dada pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro), Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio) e no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF A), Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI) e no Plano Setorial da Rede Natura 2000.

Tendo presente a sua função operacional, o PMDFCI está estruturado de acordo com o guia técnico do Instituto de conservação da Natureza e Florestas (ICFN) e pelo Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, sendo possível a sua permanente atualização, para garantir a melhoria contínua das medidas de prevenção e combate a incêndios florestais e o reforço da coordenação das entidades públicas e privadas com responsabilidade na gestão das áreas florestais Municipais.

O principal objetivo do PMDFCI é a identificação dos riscos e ameaças que os incêndios florestais podem representar para as populações e património do Município e a conceção de um programa coerente de medidas preventivas e mitigadoras deste tipo de ocorrências.

Neste contexto, o plano propõe a implementação de ações de natureza estrutural de curto, médio e longo prazo para a gestão e preservação do património florestal existente. Dado que o controlo do risco de incêndio passa essencialmente pela implementação de uma gestão sustentável dos espaços florestais, o PMDFCI deve ser igualmente entendido como uma ferramenta de desenvolvimento económico e social.

O PMDFCI de Ponte de Sor é elaborado em consonância com outros Planos de Incidência Regional ou Nacional (**Figura 1**).

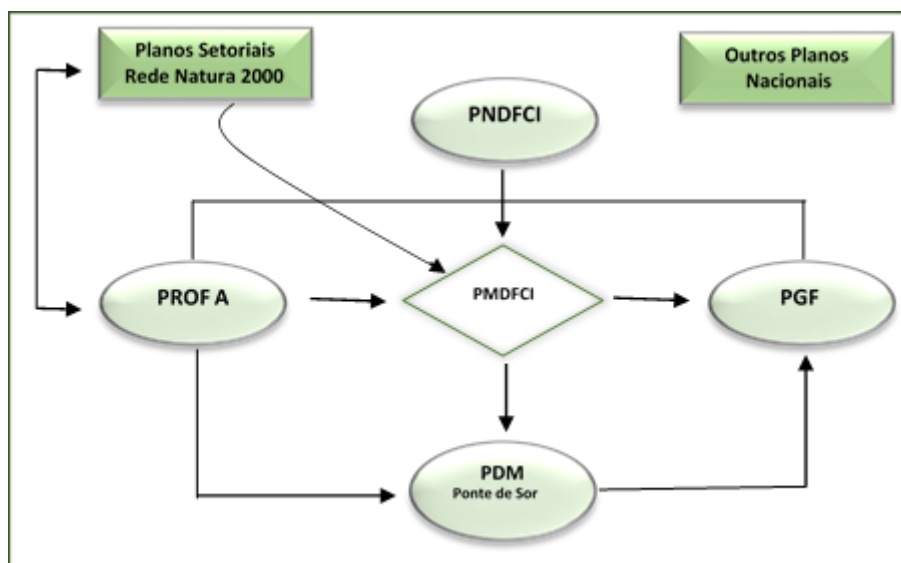


Figura 1 - Enquadramento do PMDFCI do Município de Ponte de Sor no sistema de gestão territorial
Fonte: CMPS

A elaboração e aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem carácter obrigatório, sendo as entidades competentes pela fiscalização da correta aplicação do mesmo, a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Câmara Municipal de Ponte de Sor e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

A infração das disposições do PMDFCI pode ser punida com coima de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual.

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

O tipo de combustíveis florestais presentes no território é um fator condicionante no comportamento, progressão e intensidade dos incêndios, pelo que é de extrema importância o seu conhecimento. Para a elaboração desta cartografia recorreu-se a modelos de combustível, os quais consistem num conjunto de parâmetros relativos ao tipo de vegetação, com características conhecidas, sendo que a atribuição de um modelo existente a uma determinada mancha de vegetação com características ditas homogêneas pode fazer-se com recurso a vários métodos complementares entre si, nomeadamente as chaves dicotómicas e fotográficas.

O mapa de combustíveis florestais foi elaborado com recurso a modelos de combustível aplicados a Portugal. Esta caracterização e cartografia das estruturas de vegetação seguem a classificação criada pelo *Northern Forest Fire Laboratory* (NFFL) e modelo de combustível nacional, associados ao código NFFL, tendo por base a informação da Carta de Ocupação de Solo (COS 2015, informação disponível no site do ICNF) com a descrição de cada modelo à qual foi adicionada uma orientação da aplicabilidade ao território continental. No **Quadro 1**, encontram-se descritos os modelos de combustível no concelho de Ponte de Sor.

Quadro 1 - Modelos de combustível florestal presente no concelho de Ponte de Sor

Grupo	Modelo	Descrição	Aplicação
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino.	Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.	Matrizes mato/herbáceas resultantes de fogo frequente (giestal). Formações lenhosas diversas (pinhais, zimbrais, montado). Plantações florestais em fase de instalação e nascedio.
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 m de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos9 sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e grandes chamas. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influencia no comportamento do fogo.	Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente, espacialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbóreas jovens e densas (fase de novedio) e não caducifólias.
	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situações de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.	Qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto. Sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde. Eucaliptal (<4 anos de idade) com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície.
	7	Matos de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 m de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores muito alto de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.	

Os modelos de combustível com maior relevância no concelho de Ponte de Sor são, por ordem de grandeza, o modelo 5 (48 %), 7 (22%) e 2 (17%) representando 87% da superfície do concelho (Figura 2).

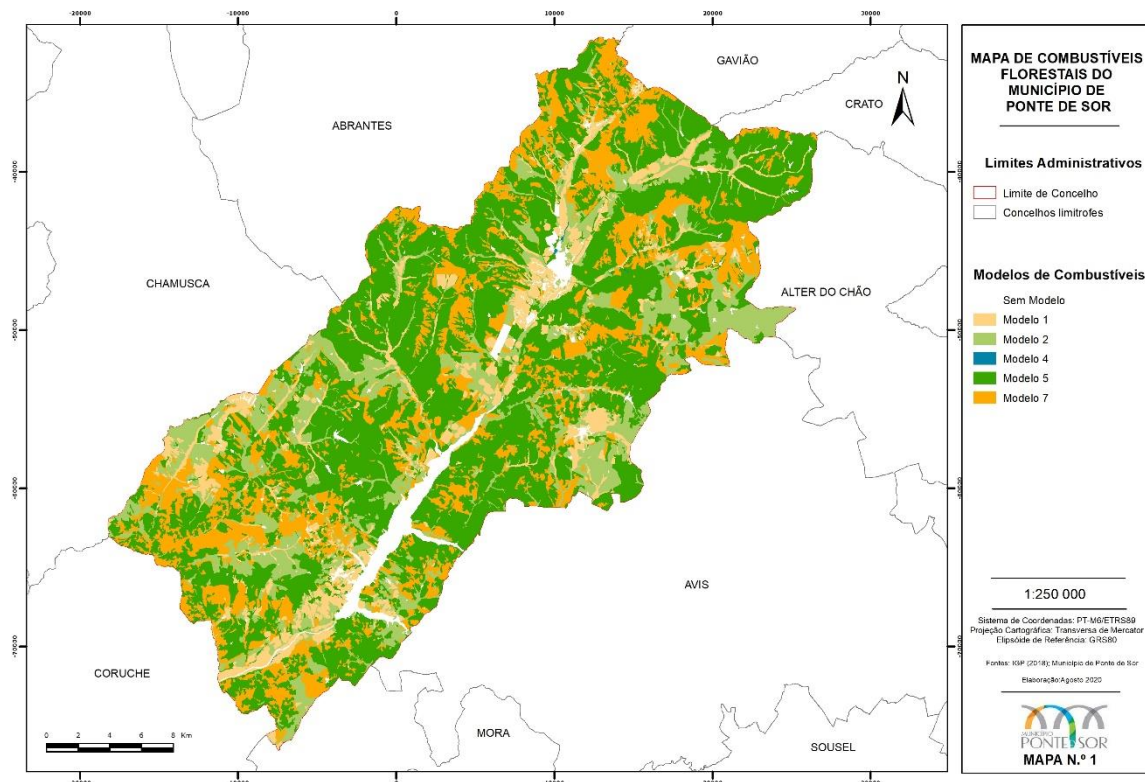


Figura 2- Mapa de modelos de combustíveis florestais.

A utilização deste mapa tem utilidade em modelos de simulação de comportamento de fogo e na definição da localização de infraestruturas de defesa da floresta, nomeadamente das faixas de gestão de combustíveis pertencentes às redes municipais. Poderá ainda servir como ferramenta de apoio à decisão relativamente à localização de áreas prioritárias de silvicultura preventiva no âmbito da DFCI.

2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

O risco é muitas vezes entendido como expressão direta da probabilidade. Porém, o risco não expressa a probabilidade, mas antes um dano que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor.

Para efeitos de cálculo da cartografia de risco foram apenas contabilizadas as áreas que apresentam combustibilidade, pelo que foi necessário retirar da COS 2015 utilizada como base para o presente PMDFCI, os elementos que não apresentam combustibilidade, nomeadamente os corpos de água e territórios artificializados.

A aplicação do modelo de risco adotado pelo INCF origina dois mapas finais, o mapa de perigosidade e o mapa de risco de incêndio florestal (**Figura 3**).

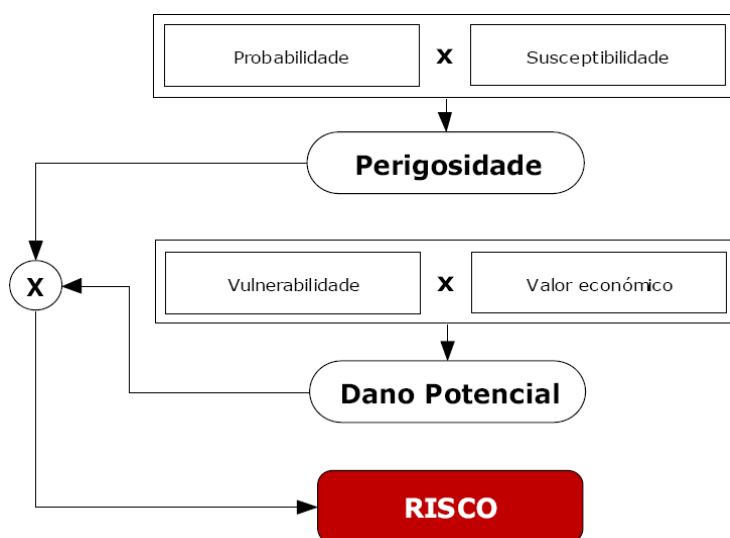


Figura 3- Componentes do modelo de risco.
Fonte: AFN,2012

2.2.1 Perigosidade de incêndio florestal

O mapa de perigosidade de incêndio florestal, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade (**Figura 4**).

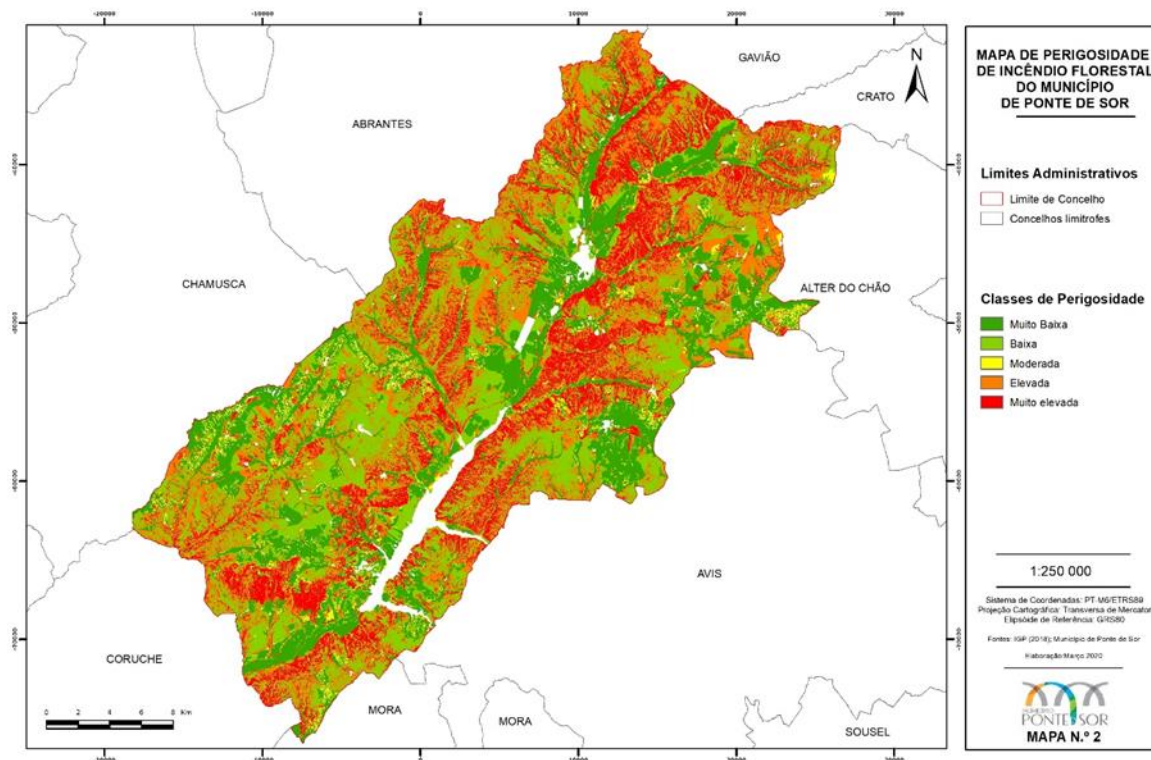


Figura 4- Mapa de Perigosidade de incêndio florestal

Este mapa é indicado para ações de prevenção. Informa sobre o potencial do território para a ocorrência do incêndio florestal, permitindo responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e ganhe magnitude?”.

A probabilidade tem como base a cartografia das áreas ardidas de 1990 a 2018 disponibilizadas no *site* do ICNF.

A suscetibilidade resulta da carta de declives, reclassificada de acordo com as classes definidas no Guia Técnico do PMDFCI, combinada com a carta de uso e ocupação do solo classificada de acordo com as seguintes classes de suscetibilidade:

- Classe de suscetibilidade muito baixa – Valor 2
- Classe de suscetibilidade baixa – Valor 3
- Classe de suscetibilidade média – Valor 4
- Classe de suscetibilidade elevada – Valor 5
- Classe de suscetibilidade muito elevada – Valor 6

A classificação da suscetibilidade para o concelho de Ponte de Sor foi alterada, uma vez que, de acordo com o ICNF, as classes de suscetibilidade apresentadas no Guia Técnico do PMDFCI não caracterizam convenientemente a variabilidade do território, pelo que se alteraram os valores de referência atribuídos aos códigos da carta de ocupação do solo.

Os valores de referência adotados para a suscetibilidade, apresentam-se no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Valores de suscetibilidade por uso do solo

Código COS2015	Ocupação do solo	Suscetibilidade
2.1.0.00.0	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2
2.1.3.01.1	Arrozais	2
2.2.1.00.0	Vinhas	2
2.2.2.00.0	Pomares	2
2.2.3.00.0	Olivais	2
2.3.1.01.1	Pastagens permanentes	2
2.4.1.00.0	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	2
2.4.2.01.1	Sistemas culturais e parcelares complexos	2
2.4.3.01.1	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	2
2.4.4.00.1	Sistemas agro-florestais de sobreiro	3
2.4.4.00.2	Sistemas agro-florestais de azinheira	3
2.4.4.00.4	Sistemas agro-florestais de pinheiro manso	3
2.4.4.00.5	Sistemas agro-florestais de outras espécies	3
2.4.4.00.6	Sistemas agro-florestais de sobreiro com azinheira	3
2.4.4.00.7	Sistemas agro-florestais de outras misturas	3
3.1.1.00.7	Florestas de outras folhosas	3
3.1.1.00.7	Florestas de outras folhosas	3
3.3.0.00.0	Espaços descobertos ou com pouca vegetação	3
5.1.1.00.0	Cursos de água	3
3.1.1.00.1	Florestas de sobreiro	4
3.1.1.00.2	Florestas de azinheira	4
3.1.2.00.2	Florestas de pinheiro manso	4
3.2.1.01.1	Vegetação herbácea natural	4
3.1.2.00.3	Florestas de outras resinosas	5
3.1.2.00.4	Matos	5
3.1.1.00.5	Florestas de eucalipto	6
3.1.1.00.6	Florestas de espécies invasoras	6
3.1.2.00.1	Florestas de pinheiro bravo	6

Quadro 3 - Distribuição das classes de suscetibilidade no Concelho

CLASSES	ÁREA	
	ha	%
Muito Baixa e Baixa	21 818.1	27
Média	47 144.8	58
Elevada e Muito Elevada	12 327.7	15
TOTAL	81 200.6	100

Da análise do **Quadro 3** e **Figura 4**, verifica-se que mais de metade da área do concelho apresenta suscetibilidade média (58 %) enquanto que as áreas com suscetibilidade elevada e muito elevada representam cerca de 15% do território e aproximadamente $\frac{1}{4}$ do mesmo enquadra-se nas classes de suscetibilidade muito baixa e baixa.

2.2.2 Risco de incêndio florestal

O mapa de risco de incêndio florestal (RIF) combina as componentes do mapa de perigosidade (probabilidade e suscetibilidade) com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico). No mapa do dano potencial, a vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito e o valor económico corresponde ao valor de mercado dos elementos em risco.

Este mapa é indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão. Informa sobre o potencial de perda de cada lugar, permitindo responder à questão “Onde há condições para perder mais?”.

Quadro 4 - Distribuição das classes de RIF no Concelho

CLASSES	ÁREA	
	ha	%
Nulo ou N/a	2 773,75	3,30
Muito Baixo e Baixo	30 997,41	36,91
Moderado	18 123,62	21,58
Elevado e Muito Elevado	32 076,38	38,20
TOTAL	81 197,41	100

Da análise do **Quadro 4** e da cartografia de RIF (**Figura 5**), constata-se que 38,20 % (32 076,38 ha) da área do Concelho está classificada com RIF elevado e muito elevado, que correspondem na sua generalidade às áreas de maior declive.

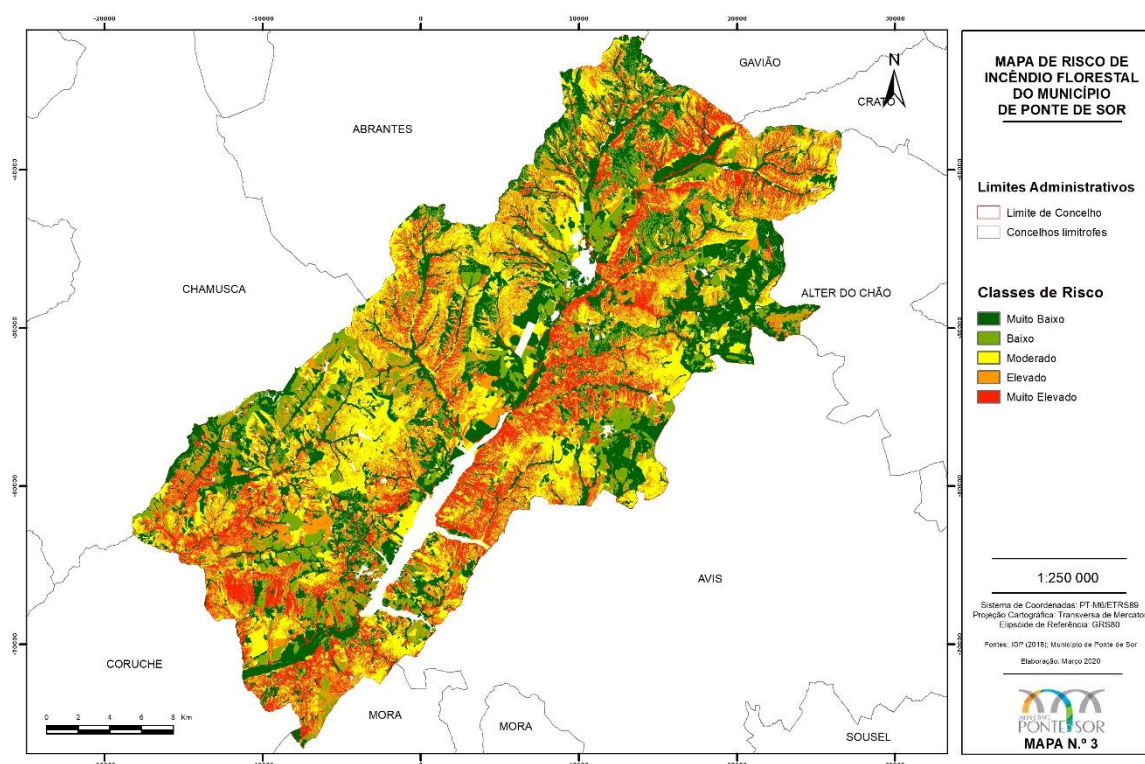


Figura 5- Mapa de risco de incêndio florestal

2.3. Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa visa a identificação dos elementos que interessa proteger, assim como, as áreas do Concelho onde existe uma maior ou menor necessidade de complementar a vigilância contra os incêndios florestais.

Desta forma, foram representadas as manchas de risco de incêndio elevado e muito elevado, e sobre as mesmas, foram desenhados os elementos prioritários com reconhecido valor ou interesse social, cultural, ecológico ou outro (**Figura 6**).

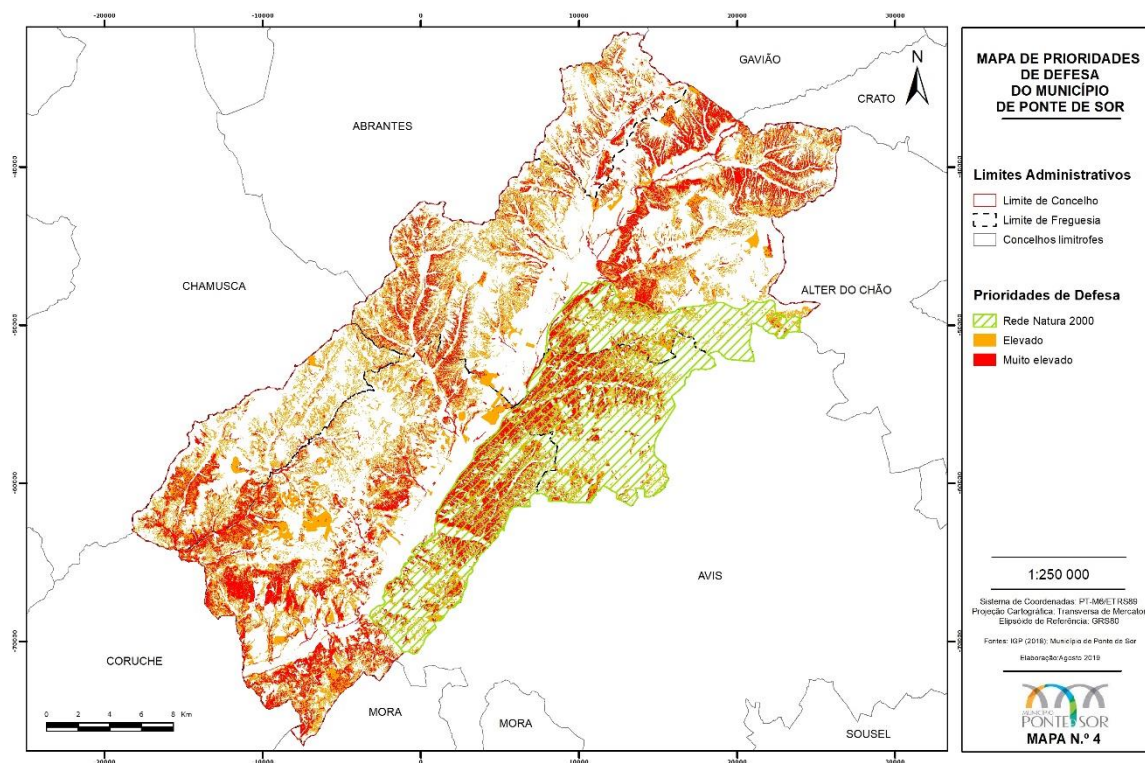


Figura 6- Mapa de prioridades de defesa.

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1 TIPOLOGIA DO CONCELHO

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) divide os municípios do território continental em 4 tipos com base no nº de ocorrências e nos hectares de área ardida, em povoamentos e matos:

	Poucas Ocorrências	Muitas Ocorrências
Pouca área ardida	T1	T3
Muita área ardida	T2	T4

De acordo com o ICNF, o concelho de Ponte de Sor está enquadrado na tipologia **T1**, sendo considerado como um concelho com poucas ocorrências e pouca área ardida.

3.2 OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

De acordo com a análise histórica do número de ocorrências e a extensão da área ardida no concelho de Ponte de Sor, entre 2009 e 2018, registaram-se 279 ocorrências e um total de área ardida de 1 748,85 ha em espaços florestais. Assim, tendo em consideração as duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida, e o estabelecido no PNDPCI, definiram-se os objetivos e as metas anuais de DFCI para o concelho de Ponte de Sor, como se pode observar no **Quadro 5**.

Quadro 5 - Objetivos e metas anuais de DFCI para o Município de Ponte de Sor

Objetivos	Metas									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Reduzir o N.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	< 20	< 20	< 20	< 15	< 15	< 15	< 10	< 10	< 10	< 10
Detectar precocemente os focos de incêndio	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências
Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos
Diminuição do n.º. de incêndios com áreas superiores a 1 hectare	5	5	5	4	4	4	3	3	3	3
Evitar reacendimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CMPS

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

O PMDFCI de âmbito municipal deve conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluir a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

A implementação deste Plano visa essencialmente garantir uma gestão adequada do património florestal, sendo necessárias medidas de planeamento adequadas e uma gestão atempada.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, e de acordo com o disposto pela Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio, o PMDFCI do Município de Ponte de Sor, deve centra-se nos principais eixos definidos no PNDFCI, designadamente:

1º Eixo Estratégico	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
2º Eixo Estratégico	Redução da incidência dos incêndios,
3º Eixo Estratégico	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios,
4º Eixo Estratégico	Recuperar e reabilitar os ecossistemas,
5º Eixo Estratégico	Adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz.

As ações que compõem o presente Plano têm como objetivo satisfazer os objetivos e metas preconizadas em cada um dos 5 eixos estratégicos.

Com base na informação apresentada no Caderno I e nas recomendações de ordenamento do território presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo, bem como em outros documentos de ordenamento do território e na política municipal de DFCI, são estabelecidos, neste Capítulo, os objetivos do PMDFCI, para os próximos 10 anos.

4.1. AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS – 1º EIXO ESTRATÉGICO

O primeiro eixo estratégico pretende estabelecer ligação entre o ordenamento do território e o planeamento florestal, promovendo a gestão florestal e a intervenção antecipada em áreas

estratégicas do Município, que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

Este eixo estratégico dá resposta ao n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua redação atual, definindo os espaços florestais onde é obrigatória a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas e onde se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível.

Os objetivos operacionais estabelecidos para este eixo estratégico prendem-se com a proteção das zonas de interface Urbano/Florestal, implementar programas de redução de combustíveis através da criação de redes de faixas de gestão de combustíveis e intervir de forma prioritária nas zonas de maior vulnerabilidade.

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

As redes de defesa da floresta contra incêndios (**RDFCI**) concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturação dos espaços rurais decorrentes da estratégia de planeamento de defesa da floresta contra incêndios de acordo com o artigo 12º do Decreto-Lei 124/2006, na sua redação atual. A RDFCI é constituída por um conjunto de redes:

- ❖ Redes de faixas de gestão de combustíveis;
- ❖ Mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- ❖ Rede viária florestal;
- ❖ Rede de pontos de água;
- ❖ Rede de vigilância e deteção de incêndios;
- ❖ Rede de infraestruturação de apoio ao combate.

a) Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC)

O principal objetivo das FGC é o de reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestas e outros, através da redução/modificação dos combustíveis.

A Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) de cariz sub-regional (**Rede Primária**) delimita compartimentos com determinada dimensão, tendo como objetivo limitar a extensão da sua superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate na frente de fogo ou nos seus flancos. Foi delineada no seio do Grupo Técnico da Comissão Regional de Reflorestação do Alto Alentejo, e aprovada pelas Orientações Estratégicas Regionais. A sua implantação carece de fundos de origem supramunicipal, pelo que apesar de cartografada, a sua implantação, não é da responsabilidade municipal.

No caso específico da **Rede Secundária** de Faixas de Gestão de Combustível, de cariz e responsabilidade municipal, no Concelho de Ponte de Sor têm que ser cumpridos os seguintes princípios básicos, para os espaços florestais previamente definidos neste PMDFCI, de acordo com o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (**Quadro 6**).

Quadro 6 – Especificações da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

CODIGO	DESCRIÇÃO	CARATERISTICAS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	LARGURA (m)
1	Faixa de proteção aos Edifícios Integrados em Espaços Rurais (FIC/FRC)	Faixa envolvente a habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações. $\varnothing > 50$ m para floresta, matos ou pastagens naturais	Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais	> 50
		$\varnothing > 10$ m para ocupações agrícolas ou outras que não as anteriores		>10
2	Faixa de proteção a Aglomerados Popacionais (FIC/FRC)	Faixa definida sempre que os aglomerados estejam inseridos ou confinantes com áreas florestais	Proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa	> 100
3	Parques de campismo, parques e polígonos industriais e aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais (FIC/FRC)	Faixa definida sempre que as infraestruturas estejam inseridas ou confinantes com áreas florestais	Entidade gestora	>100
4	Rede Viária Florestal (FIC/FRC)	Faixa lateral a partir da berma da via, em áreas florestais	CMPS	>10
			Infraestruturas de Portugal	
5	Rede Ferroviária (FIC/FRC)	Faixa lateral definida a partir dos carris externos, em áreas florestais	Infraestruturas de Portugal	> 10
6	Rede de Transporte de Gás (FIC/FRC)	Faixa definida a partir do eixo da conduta, em áreas florestais	REN	> 5
10	Rede Elétrica em Média Tensão (FIC/FRC)	Faixa a definir a partir da projeção vertical dos cabos condutores exteriores, em áreas florestais	EDP	> 7
13	Rede Elétrica em Alta Tensão (FIC/FRC)	Faixa a definir a partir da projeção vertical dos cabos condutores exteriores, em áreas florestais	EDP	> 10

Fonte: Dec.- Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (redação atual)

As Faixas de Gestão de Combustível (FGC) subdividem-se em Faixas de Redução de Combustível (FRC) e Faixas de Interrupção de Combustível (FIC). Enquanto nas **FRC** se procede à remoção parcial do combustível existente ao nível dos estratos herbáceo, subarbustivo e arbustivo, à supressão da

parte inferior da copa e à abertura dos povoamentos; nas **FIC**, procede-se à remoção total do combustível vegetal existente.

O presente PMDFCI, prevê, de acordo com as responsabilidades decretadas pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, o controlo de vegetação espontânea, a correção de densidades excessivas e desramações na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, criando faixas de descontinuidade de combustível a nível horizontal e vertical, gerindo a carga combustível, diminuindo o risco de ignição e o perigo de propagação de um incêndio florestal, responsabilidade essa, que tem de ser partilhada, conjugando interesses entre concessionários e proprietários dos terrenos confinantes, uma vez que também estes, ao abrigo das ajudas comunitárias recebidas, são obrigados a efetuar os denominados aceiros, que mais não são do que uma Faixa de Gestão de Combustível.

O Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e define os condicionalismos à edificação, no art.º 16º.

A construção de novos edifícios apenas é permitida fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida e PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:

- Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou 10 m, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações;
- Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- Existência de parecer favorável da CMDF.

Passa a ser necessário parecer vinculativo da CMDF, substituindo em alguns casos o parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF):

- Para que seja autorizada a construção de edifícios nas áreas classificadas como alta ou muito alta perigosidade de incêndio rural;
- Para que seja reduzida a área de distância obrigatória entre edifícios construídos, destinados a atividades turísticas, agrícolas e outras por exemplo, em áreas que façam fronteira com espaços florestais;
- Para que possam ser construídos edifícios destinados a atividades agrícolas, pecuárias e florestais, entre outras, e que tenham interesse municipal.

Na **Figura 7** encontra-se o levantamento da rede de faixas de gestão de combustíveis do Município de Ponte de Sor.

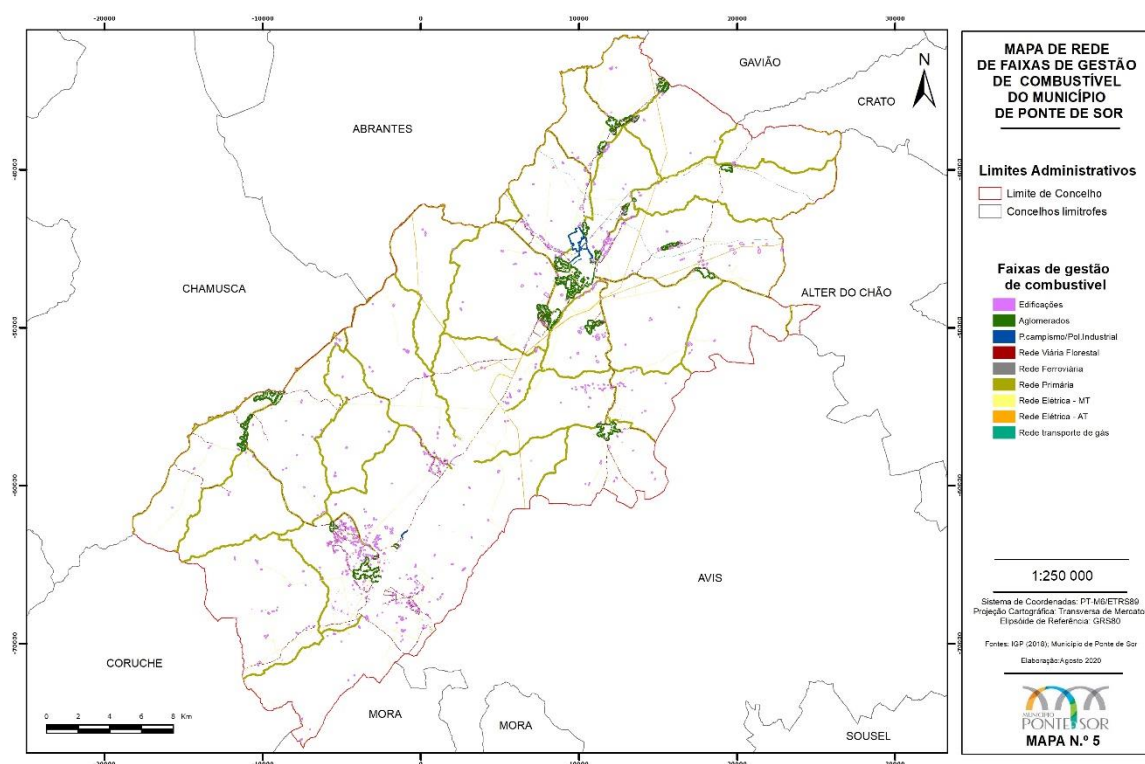


Figura 7 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de combustível (RFGC)

b) Rede Viária Florestal

A rede viária deve estar articulada de modo que permita várias funções complementares: garantir o acesso aos espaços florestais para execução das atividades de silvicultura preventiva e exploração dos recursos ; compartimentar os espaços florestais; permitir as ações de vigilância, deteção e fiscalização; facilitar o acesso e melhorar a eficiência das ações de supressão no ataque inicial e no ataque ampliado; contribuir para a segurança dos intervenientes nas ações de supressão, rescaldo e pós-rescaldo; permitir a evacuação em caso de incêndio das pessoas que residem, trabalham ou visitam os espaços florestais, e para isso deve ser feita a sua beneficiação e alargamento, incluindo a abertura de novas valetas e novos aquedutos, bem como a manutenção dos existentes, ao longo do tempo e limpeza de resíduos florestais e de matos nos taludes adjacentes.

De seguida apresentam-se os tipos de estradas existentes no concelho, dentro da RVF segundo a ordem proposta pelo Guia Técnico para a elaboração do PMDFCI, 2012, que são:

❖ **Rede viária fundamental**, que consiste na rede de maior importância para o DFCI, uma vez que é aquela que garante a rápida ligação entre as infraestruturas e o território, nas várias ações de proteção civil, sejam elas de prevenção ou emergência, dividindo-se em:

➤ **Rede Viária – 1ª Ordem:**

É composta pelas Estradas Nacionais, com largura igual ou superior a 6 metros, onde é possível o cruzamento de veículos na generalidade da sua extensão, sem qualquer tipo de barreiras e com piso pavimentado.

➤ **Rede Viária – 2ª Ordem:**

É composta pelas Estradas e Caminhos Municipais e outras vias, com largura superior a 4 m e inferior a 6 m, na generalidade da sua extensão, sem qualquer tipo de barreiras e, nalguns casos com piso pavimentado, noutros com piso em terra.

❖ **Rede viária complementar**, é composta pelas restantes vias, por estradas, caminhos e estradões florestais, com largura entre 3 e 4 m, piso geralmente em terra batida e com possibilidade de cruzamento de veículos em alguns locais da sua extensão. Dela fazem

parte também os caminhos rurais e agrícolas com largura em geral inferior a 3,5 m e não pavimentados.

No **Quadro 7** e na **Figura 8**, apresenta-se a distribuição da rede viária no Concelho de Ponte de Sor, podendo constatar-se que possui uma RVF bem distribuída por todas as freguesias.

Em termos de implicações DFCL, considera-se esta rede viária suficiente, todavia, apesar de suficiente, surgem alguns constrangimentos, como seja a dificuldade de aceder aos espaços, por se encontrarem vedados e fechados por portões. Assim, devem os proprietários, arrendatários ou usufrutuários das propriedades com acesso vedado, indicar os contactos telefónicos a utilizar em caso de incêndio.

Quadro 7 - Distribuição da rede viária florestal por ordem

Rede Viária Florestal		Comprimento (Km)
Fundamental	1ª Ordem	126,60
	2ª Ordem	199,37
Complementar	Complementar	516,43
TOTAL		842,40

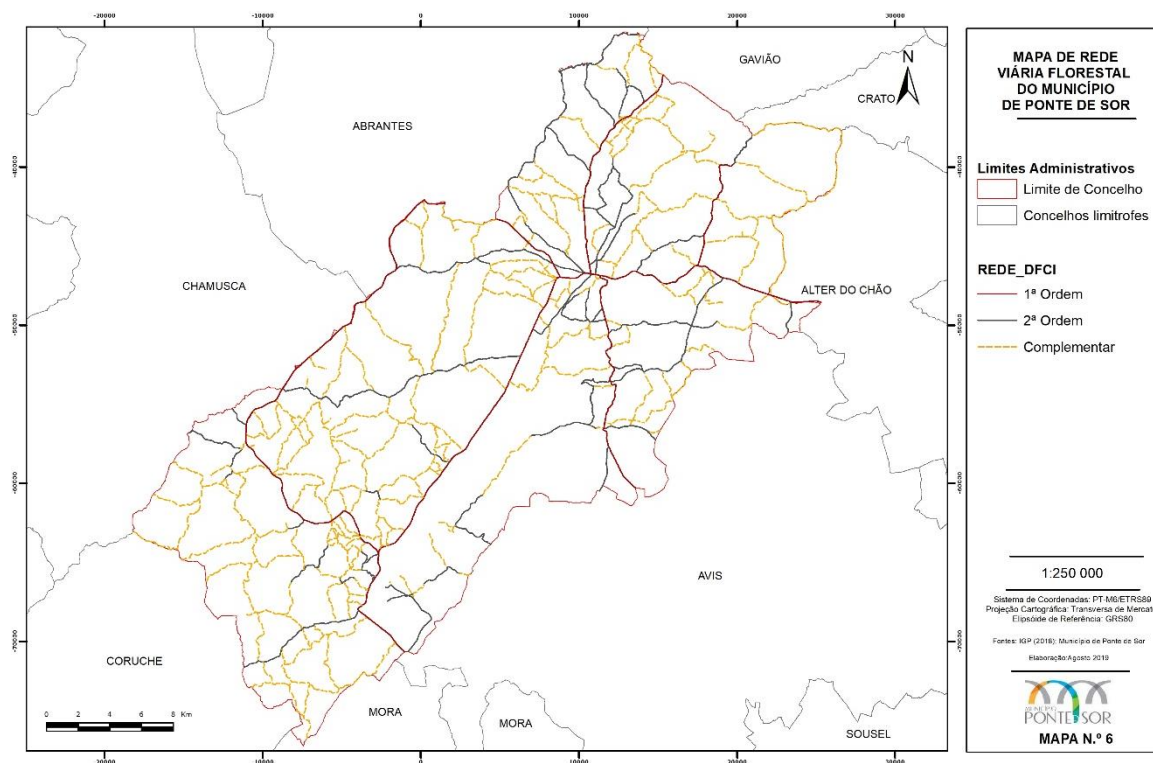


Figura 8 – Mapa da Rede Viária Florestal

c) Rede de pontos de Água (RPA)

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, naturais ou artificiais acessíveis aos meios de combate ao fogo, de modo a possibilitar o reabastecimento dos meios terrestres e aéreos.

Os pontos de água existentes no Concelho de Ponte de Sor são fundamentais na DFCI, pois, para além de permitirem o reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios, sejam eles terrestres ou aéreos, promovem a biodiversidade, a correção torrencial, o regadio, o abastecimento de água potável, entre outras funções.

No Município de Ponte de Sor, há que salientar a existência da albufeira de Montargil como garante de reserva de água ao abastecimento de meios de combate. A restante rede de pontos de água existente, abrange a totalidade da área do concelho com 142 pontos de água, tendo-se considerado os pontos de água com área superior a 5000 m², para evitar a sazonalidade da época estival. Destes foram validados 48 para integrarem o PMDFCI, dos quais 44 mistos e 4 terrestres selecionados do ponto de vista da acessibilidade e distribuição espacial (**Figura 9**). Para uma melhor proficiência dos meios de combate, vão ser construídos 6 novos pontos de água, distribuídos pelas diferentes freguesias. Antes do início da época de incêndios deve proceder-se a uma verificação da operacionalidade dos mesmos. De referir que a generalidade dos pontos de água é privada, o que poderá originar alguma dificuldade em aferir as necessidades de manutenção e até mesmo a sua classificação.

Quanto a implicações DFCl, pode-se considerar que a Rede de Pontos de Água, quase na sua totalidade privada, cobre bem o concelho. Todavia, deverão os proprietários dos Pontos de Água, fazer um esforço no sentido de que estes se enquadrem no estipulado pela Portaria nº 133/2007 de 26 de janeiro.

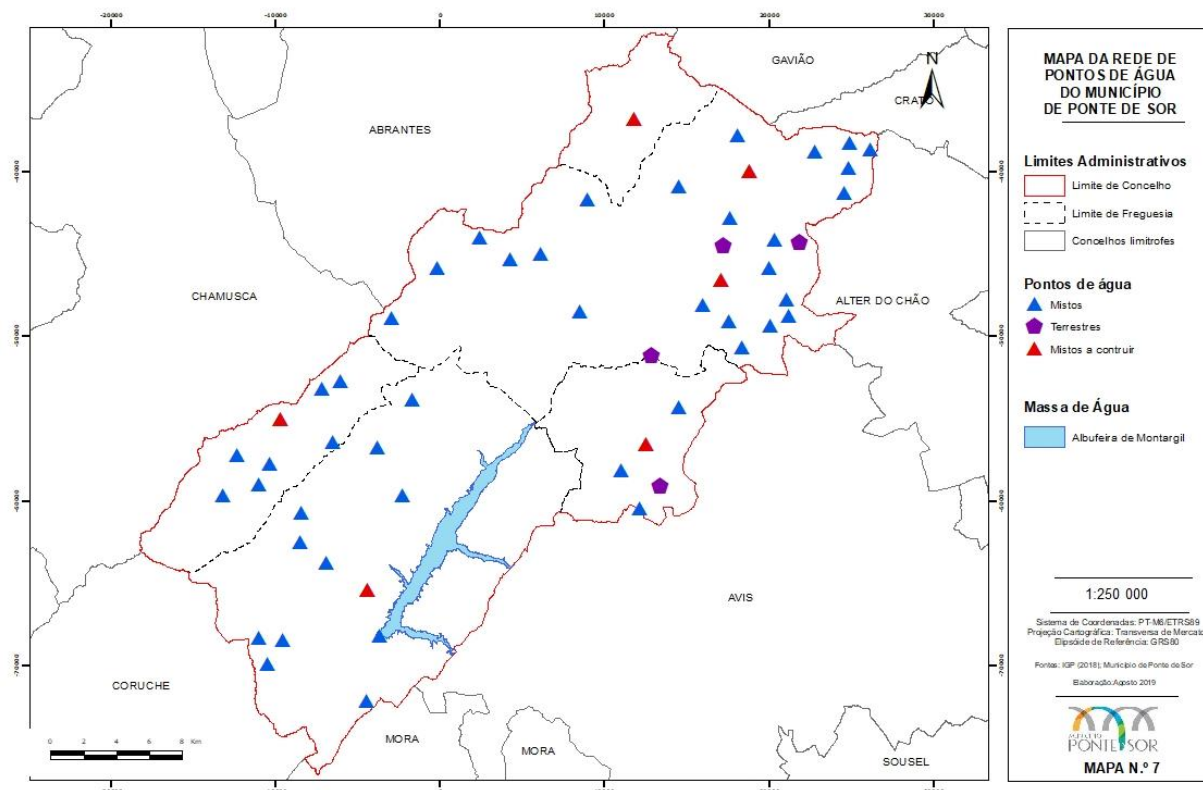


Figura 9 – Mapa da Rede de Pontos de Água

d) Silvicultura no âmbito da DFCI

A silvicultura no âmbito da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objetivos de diminuir o perigo de incêndio e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

No âmbito da silvicultura de DFCI, são realizadas várias intervenções no território municipal (**Figura 10**).

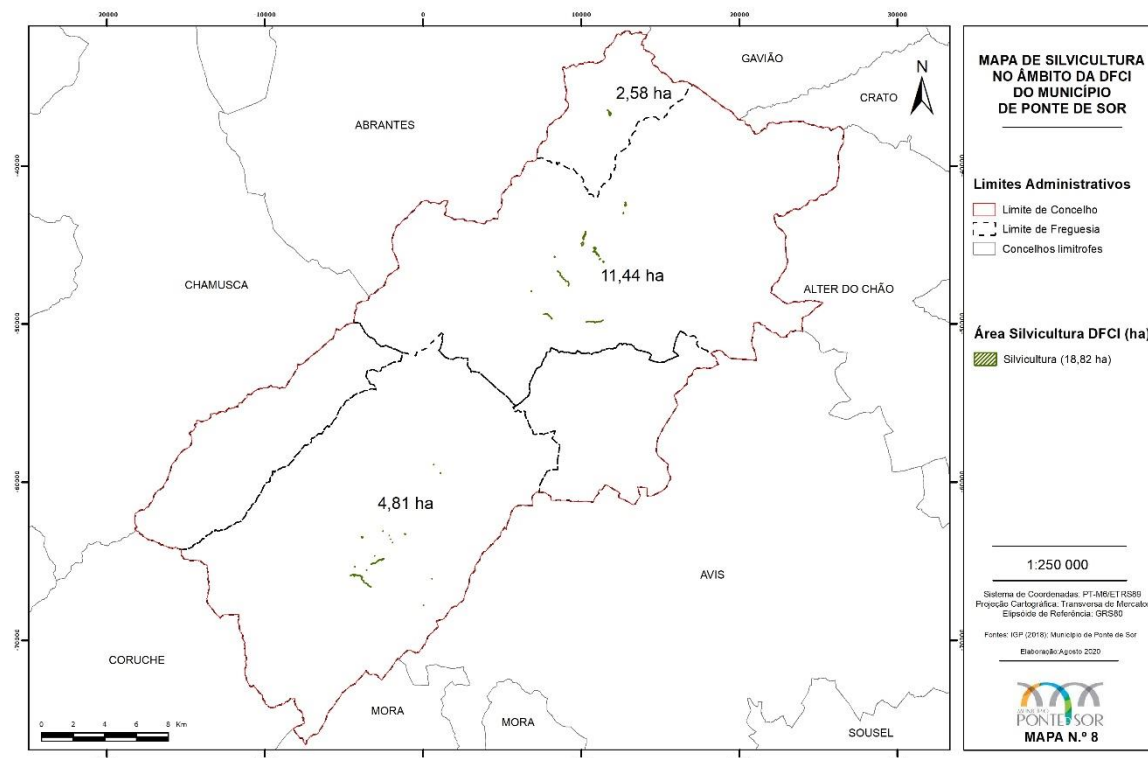


Figura 10 – Mapa de Silvicultura no âmbito da DFCI

4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º Eixo Estratégico

Neste capítulo serão apresentadas as intervenções necessárias para a manutenção da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis, para os anos de vigência do PMDFCI, 2021-2030. Nesta proposta inclui-se a totalidade de cada componente constituinte das faixas de gestão de combustível, integradas ou não nos espaços florestais. Contudo, nos espaços que não são florestais não estão previstas intervenções. Com a execução das ações apresentadas, pretende-se uma melhor gestão dos combustíveis florestais aumentando, deste modo, a resiliência do município aos incêndios florestais.

a) Rede de FGC e MPGC, RVF E RPA

Nas faixas das edificações em espaços rurais, aglomerados populacionais, parque de campismo, polígonos industriais, rede viária e ferroviária, prevê-se a manutenção, em todo o território, nas áreas inseridas ou confinantes com espaços florestais, onde haverá necessidade de intervenção todos os anos, na mesma área.

Nas restantes faixas, nomeadamente linhas de transporte de energia e rede de transporte de gás foram selecionadas as áreas a intervencionar e distribuídas ao longo dos 10 anos da vigência do PMDFCI, que serão executadas com os meios próprios das entidades responsáveis. De referir que não obstante a planificação agendada, deverão ser efetuadas intervenções sempre que se justifique, mesmo estando fora do planeamento anual e serão executadas com meios da responsabilidade dessas entidades.

A definição das faixas de gestão de combustível da rede primária, são da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que serão incorporadas pelo Plano Distrital de Defesa da Floresta.

As áreas agrícolas, ao contribuírem para a criação de áreas de descontinuidade, deverão ser mantidos pelos proprietários.

O financiamento das ações programadas para as FGC e MPGC, RVF e RPA compete a cada um dos seus responsáveis optar pela execução com meios próprios ou através de candidaturas aos apoios que virão a ser disponibilizados pelos Fundos Comunitários.

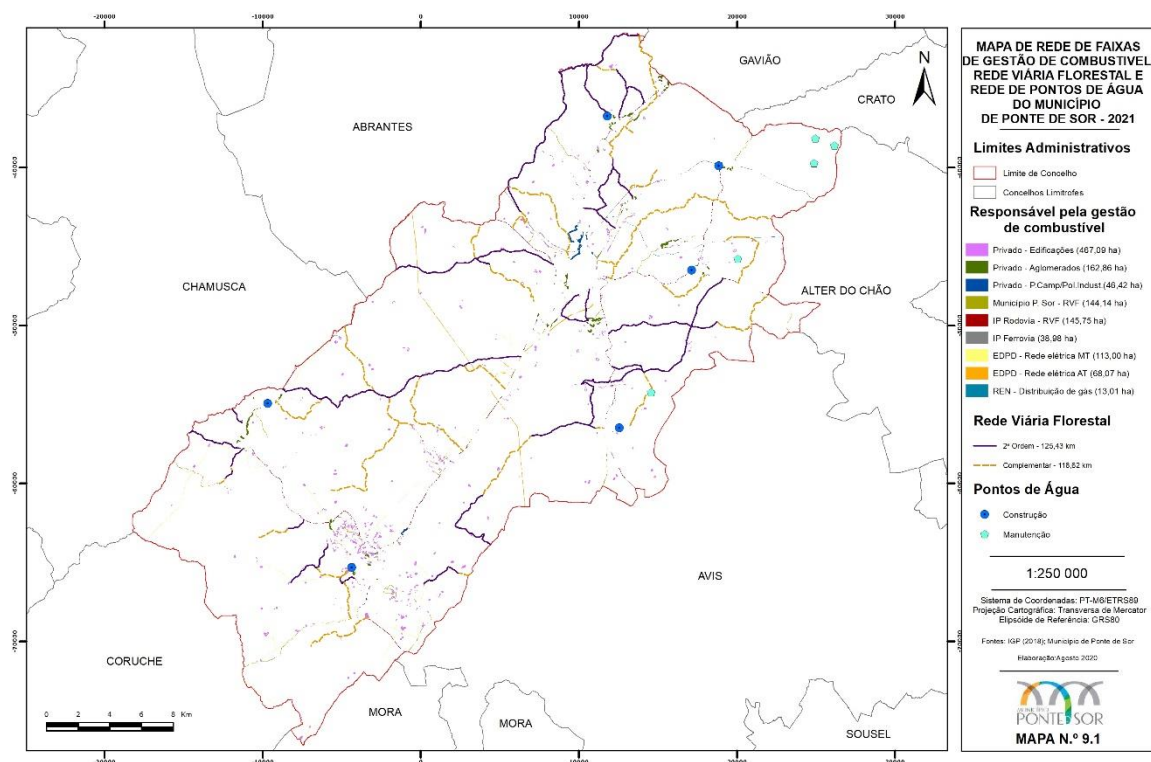


Figura 11 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVF e RPA - 2021

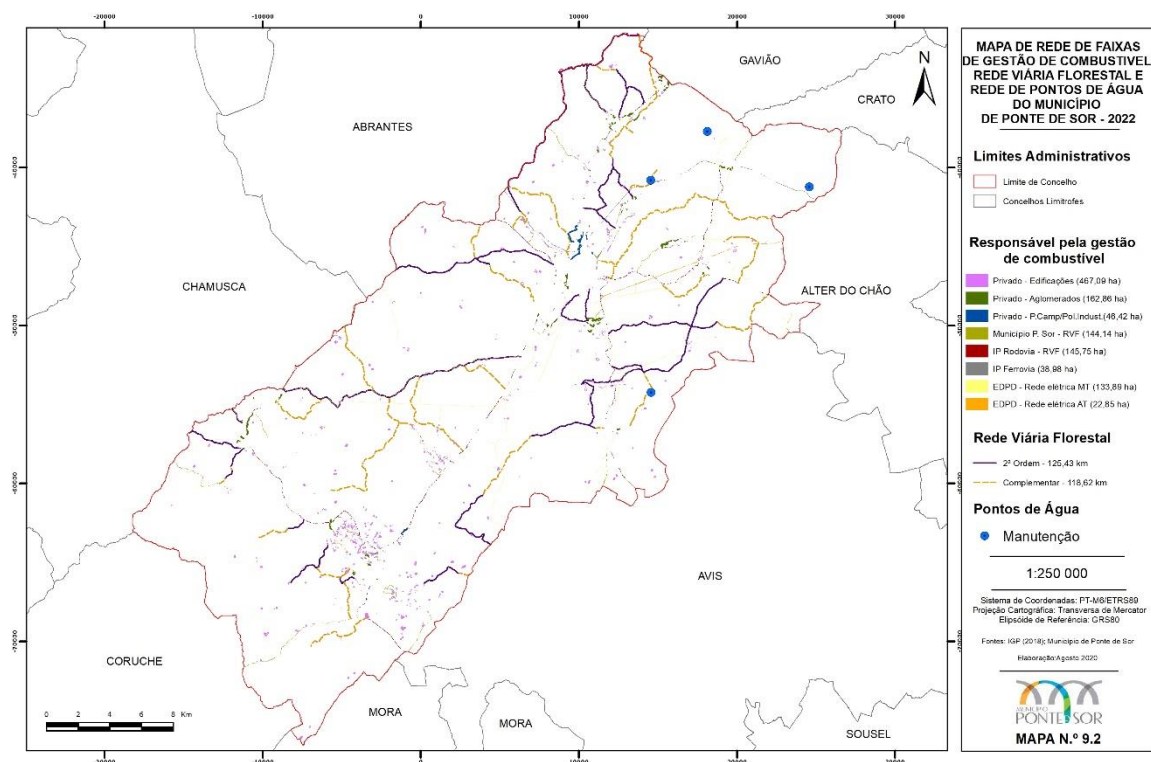


Figura 12 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2022

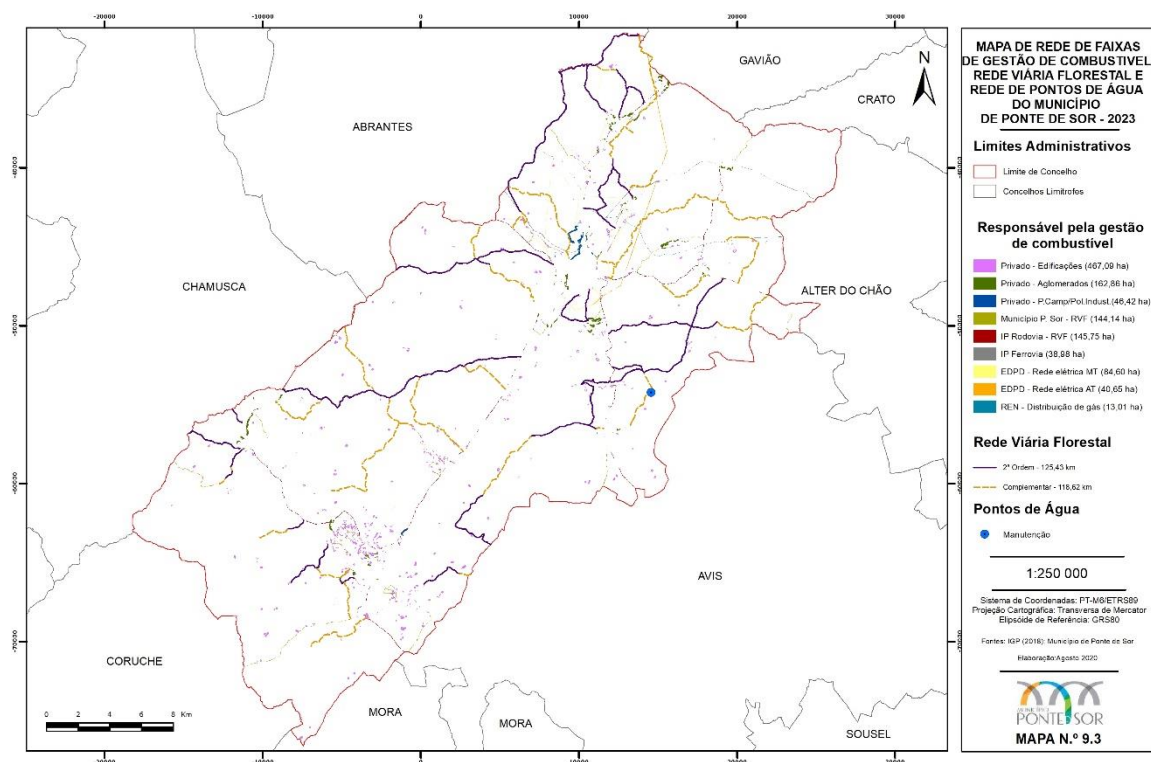


Figura 13 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2023

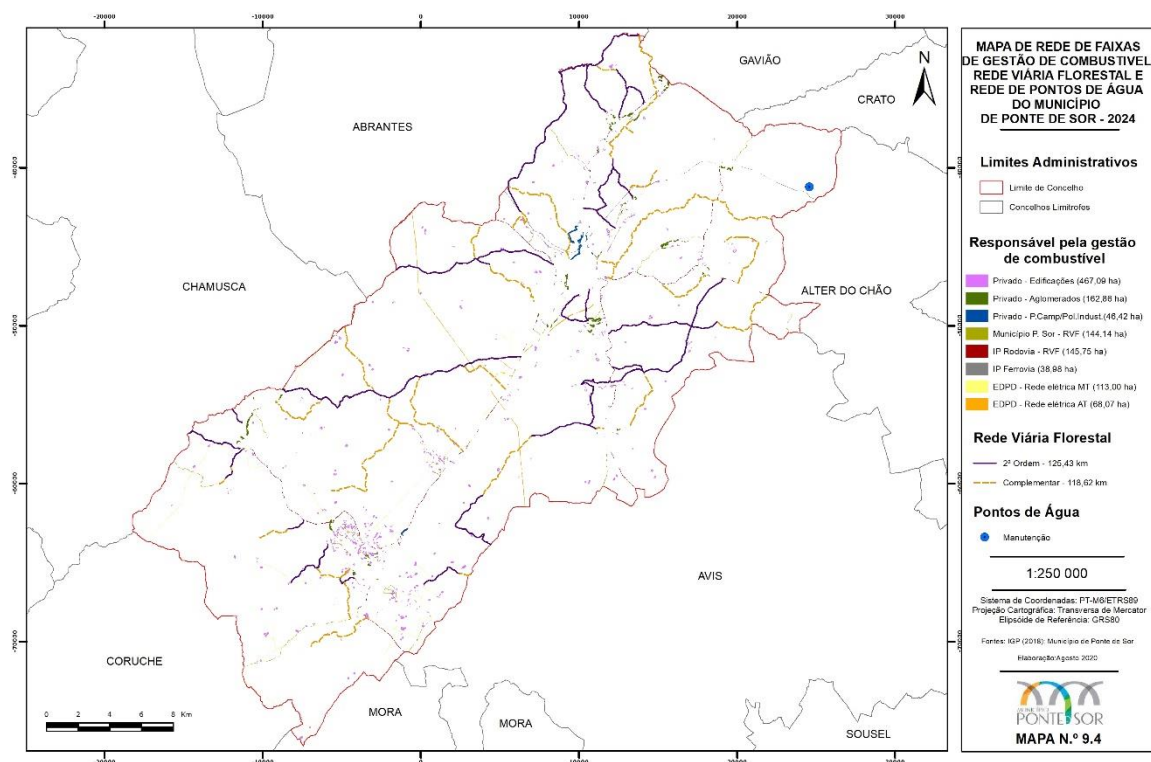


Figura 14 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVF e RPA - 2024

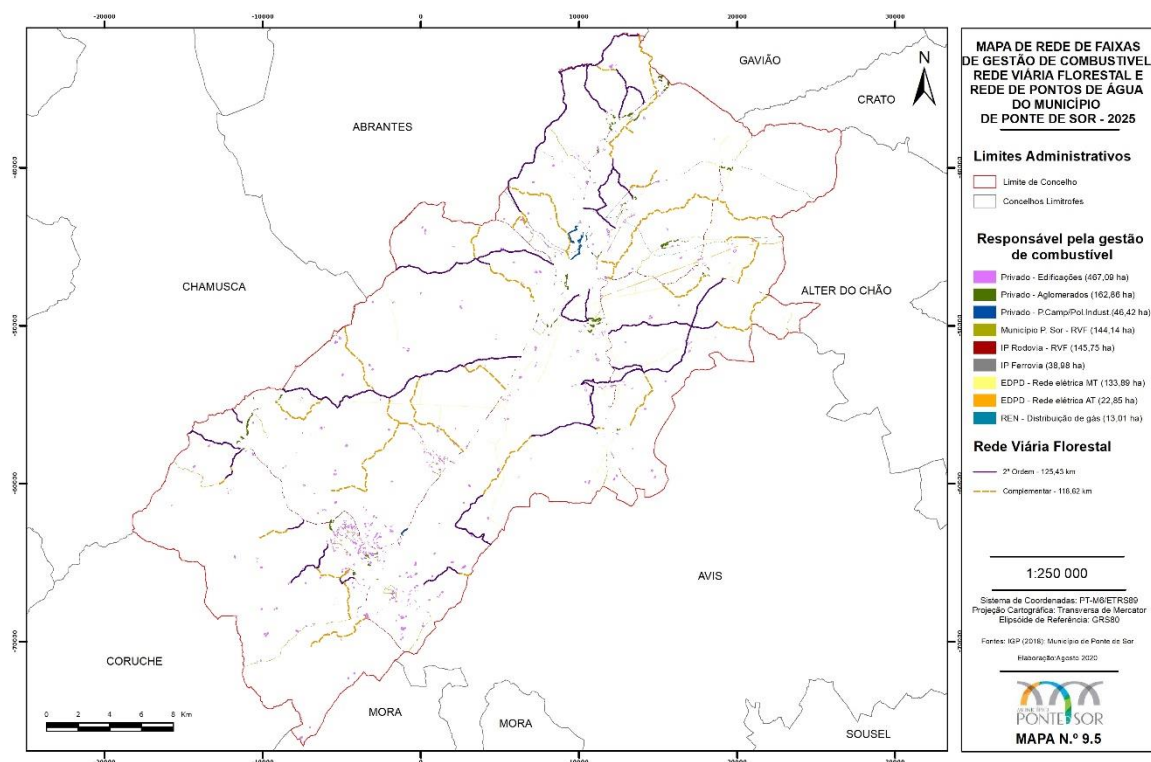


Figura 15 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVF e RPA - 2025

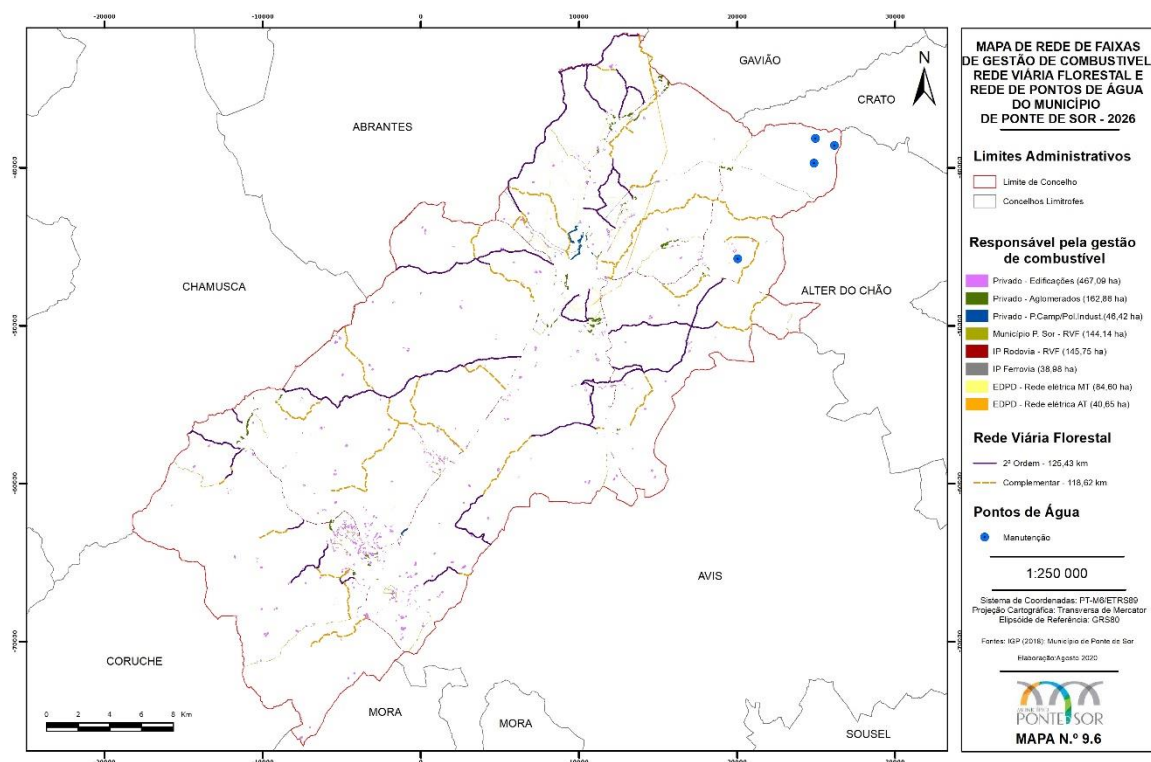


Figura 16 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2026

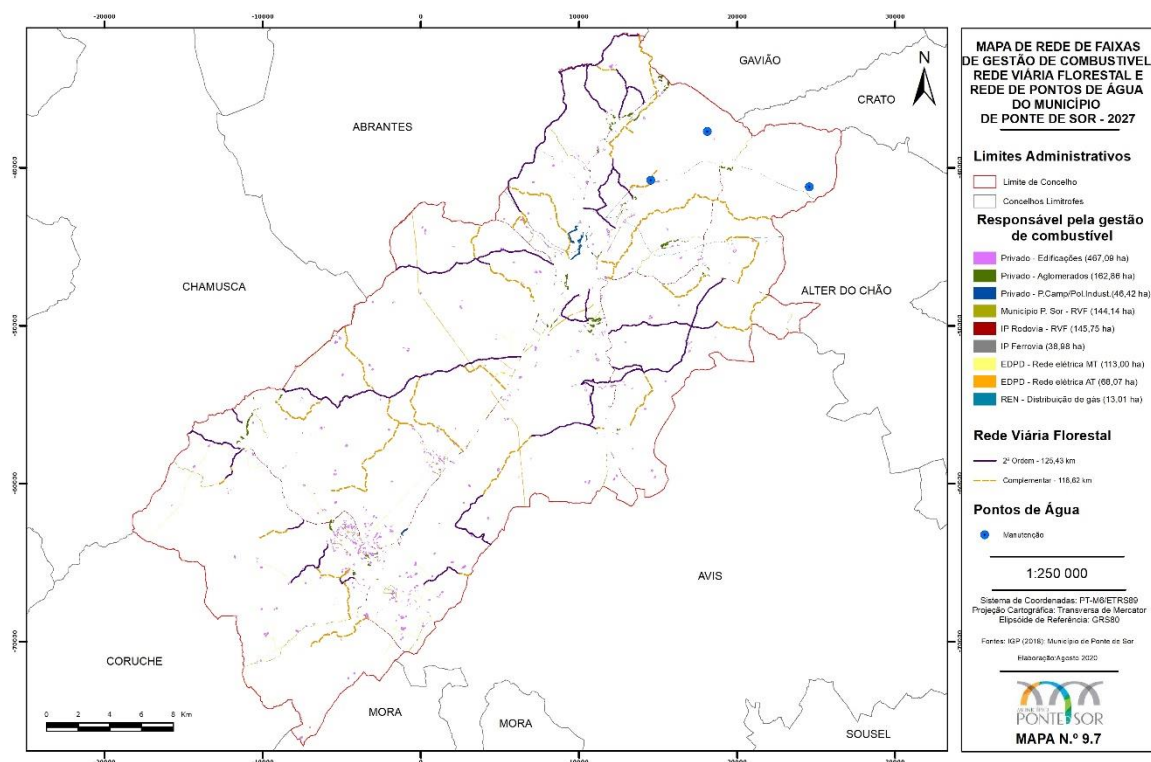


Figura 17 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2027

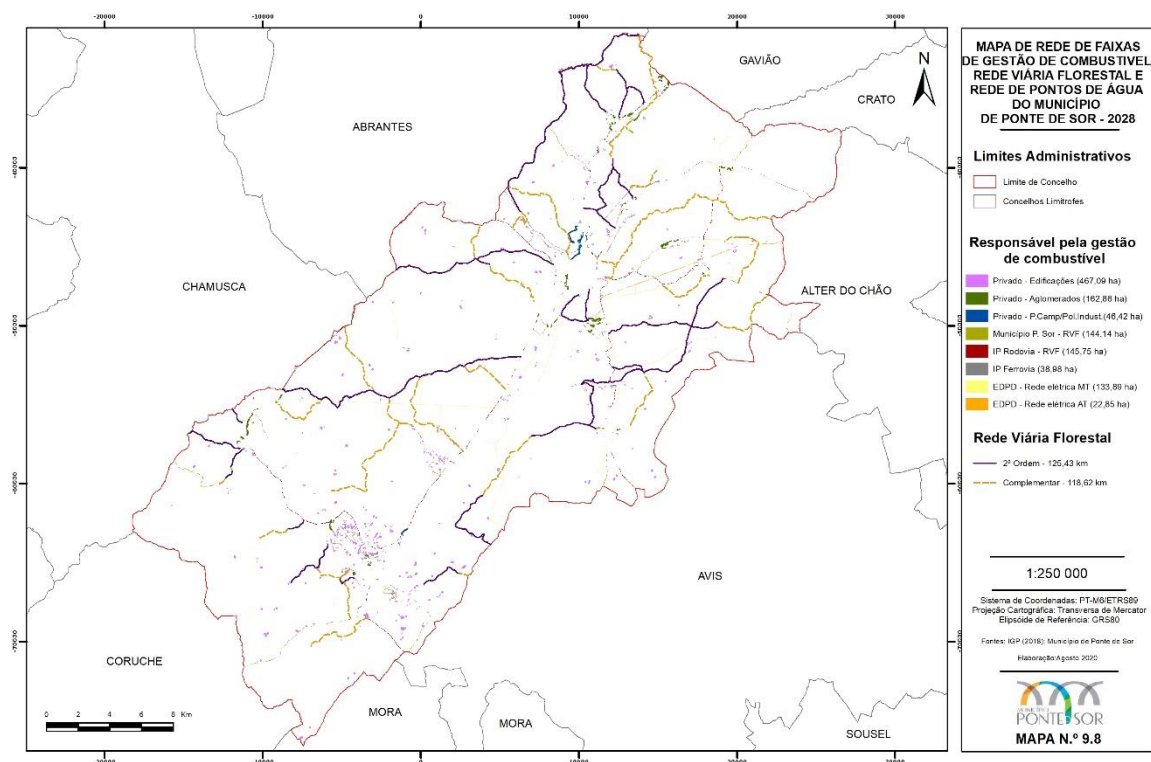


Figura 18 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2028

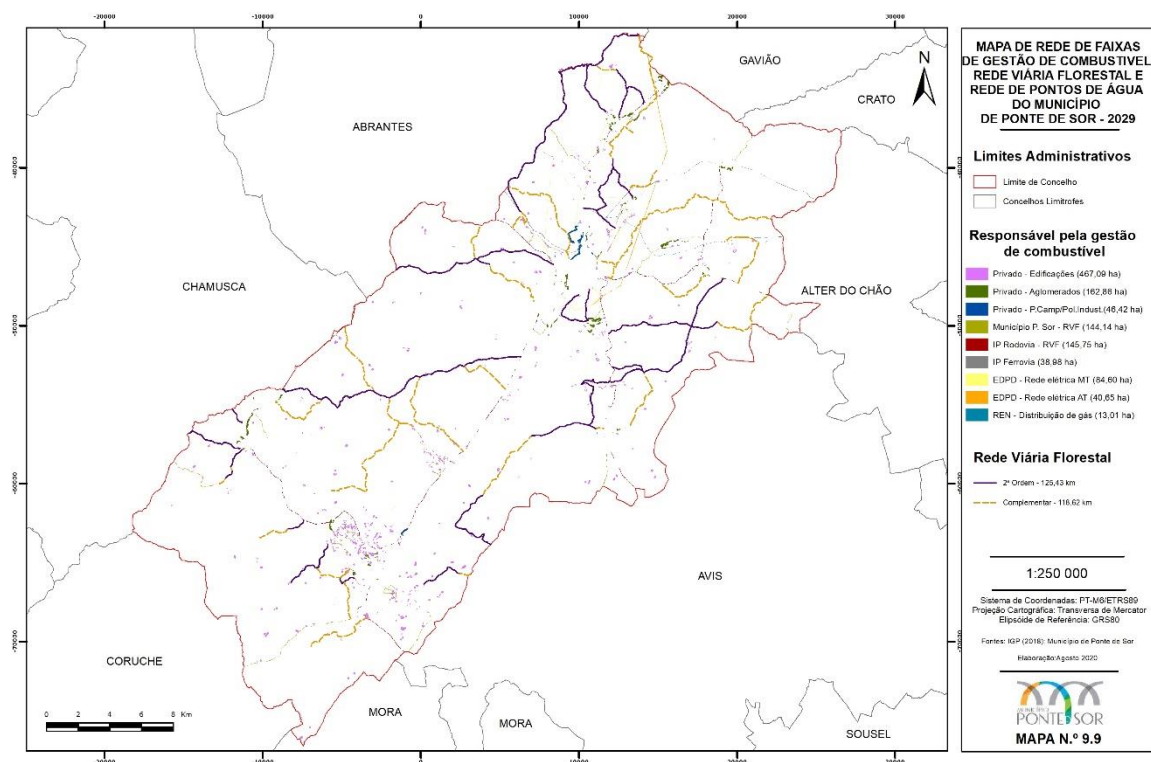


Figura 19 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2029

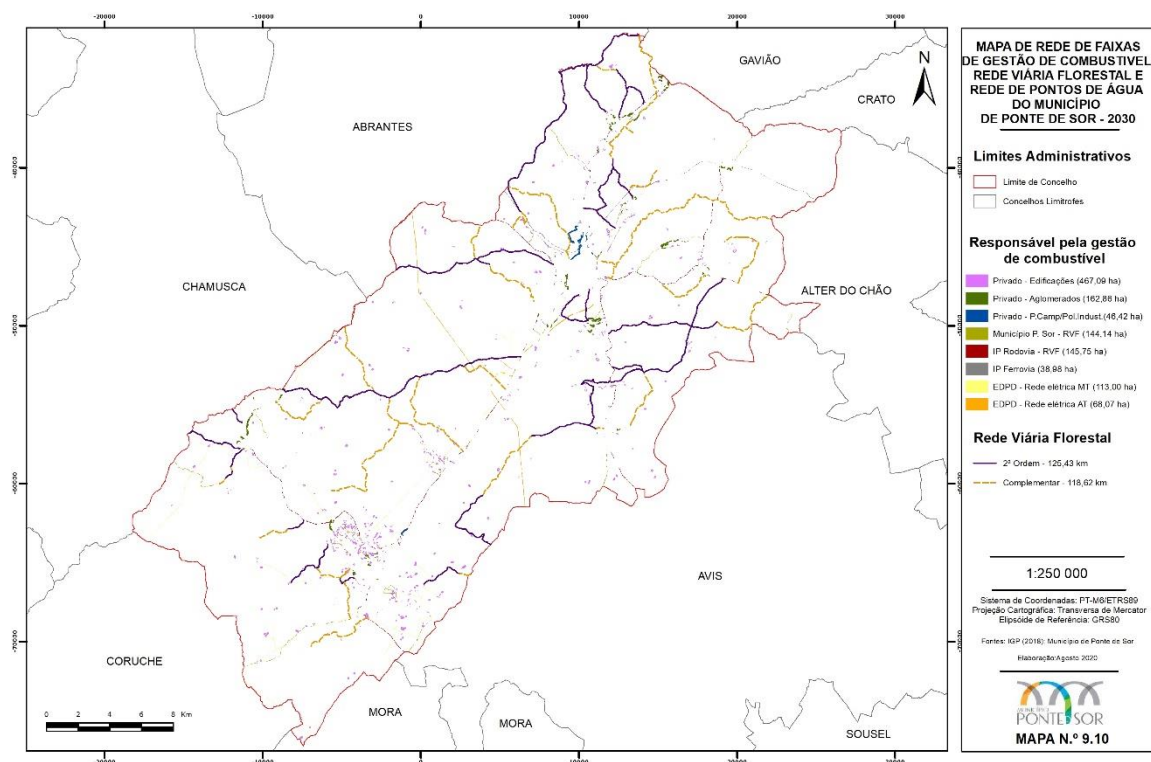


Figura 20 – Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustível, RVE e RPA - 2030

b) Rede de FGC

A calendarização das intervenções na rede secundária de faixas de gestão de combustíveis para o período entre 2021 e 2030 e respetivas áreas estão discriminadas no **Quadro 8**.

Quadro 8 – Rede de FGC com e sem necessidade de Intervenção

Descrição FGC	Código FGC	Total (ha)	Sem necessidade de intervenção (ha)	Com necessidade de intervenção (ha)									
				2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Edificações espaços rurais	1	1089,69	622,60	467,09	467,09	467,09	467,09	467,09	467,09	467,09	467,09	467,09	467,09
Aglomerados populacionais	2	971,47	808,61	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86
Parque de campismo, parques e polígonos industriais.	3	83,33	36,91	46,42	46,42	46,42	46,42	46,42	46,42	46,42	46,42	46,42	46,42
Rede viária florestal	4	466,62	176,73	289,89	289,74	289,74	289,74	289,74	289,74	289,74	289,74	289,74	289,74
Rede ferroviária	5	47,24	8,26	38,98	38,98	38,98	38,98	38,98	38,98	38,98	38,98	38,98	38,98
Rede transporte gás	6	19,36	6,35	13,01	---	13,01	---	13,01	---	13,01	---	13,01	---
Redes primárias de gestão de combustíveis	8	3397,68		A definir pelo Plano Distrital									
Linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão	10	508,19	176,70	113,00	133,89	84,60	113,00	133,89	84,60	113,00	133,89	84,60	113,00
Linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão	13	164,55	32,98	68,07	22,85	40,65	68,07	22,85	40,65	68,07	22,85	40,65	68,07

Fonte: CMPS, EDPD, REN, IP

c) RVF

As intervenções a implementar na rede viária surgem da necessidade de assegurar uma eficaz mobilidade dos meios de defesa da floresta. Dessa forma é essencial assegurar a beneficiação e a manutenção da rede viária existente, entre os anos de 2021 e 2030, sendo que as intervenções a implementar terão em consideração a beneficiação com regularização de piso e alargamento, quando possível. De notar que esta intervenção apenas é preconizada para os pisos em terra batida.

No **Quadro 9** apresenta-se a calendarização das intervenções a realizar na RVF durante a vigência do Plano.

Quadro 9 - RVF com e sem necessidade de Intervenção

Ordem da RVF (Rede_DFCI)	Total (Km)	Sem necessidade de intervenção (Km)	Com necessidade de intervenção (Km)									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Rede de 1.ª ordem	126,60	126,60	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Rede de 2.ª ordem	199,37	73,94	125,43	125,43	125,43	125,43	125,43	125,43	125,43	125,43	125,43	125,43
Rede complementar	516,43	397,81	118,62	118,62	118,62	118,62	118,62	118,62	118,62	118,62	118,62	118,62

Fonte: CMPS

d) RPA

Quadro 10 - RPA a construir e/ou manter/beneficiar

ID_PA	Designação	Classe_PA (A, M, T)	Volume máx (m3)	Tipo de Intervenção (C - Construção/ M - Manutenção)									
				2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1	Vale Pedrões	M	193 050	M					M				
2	Vale Pinheiros	M	286 000	M					M				
3	Cabeço de Cavalo	M	184 800	M					M				
7	Vale Penedo	M	800 000	M	M	M							
23	Dos Olhos	M	624 000		M					M			
31	Acude da Caniceira	M	108 000		M					M			
32	Vale da Carreira	M	151 200		M					M			
43	Vale Grande	M	49 000	M					M				
49	Torre das Vargens	M	154	C									
50	Galveias	M	154	C									
51	Vale de Açor	M	154	C									
52	Longomel	M	154	C									
53	Montargil	M	154	C									
54	Foros de Arrão	M	154	C									

Fonte: CMPS

e) Metas e Indicadores

Quadro 11 - Metas e indicadores para execução da rede FGC, RVF e RPA

Descrição FGC	METAS																			
	2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
	Com necessidade de intervenção (Ha)																			
Edificações integradas em espaços rurais	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%	467,09	50%
Agglomerados populacionais	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%	162,86	70%
Parques de campismo, parques e polígonos industriais	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%	46,42	80%
Rede viária florestal	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%	289,89	70%
Rede ferroviária	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%	38,98	100%
Rede transporte gás	13,01	100%	---	100%	13,01	100%	---	100%	13,01	100%	---	100%	13,01	100%	---	100%	13,01	100%	---	100%
Redes primárias de gestão de combustíveis	A definir pelo Plano Distrital																			
Linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão	113,00	100%	133,89	100%	84,60	100%	113,00	100%	133,89	100%	84,60	100%	113,00	100%	133,89	100%	84,60	100%	113,00	100%
Linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão	68,07	100%	22,85	100%	40,65	100%	68,07	100%	22,85	100%	40,65	100%	68,07	100%	22,85	100%	40,65	100%	68,07	100%
RVF (Rede DFCI)	Com necessidade de intervenção (Km)																			
Rede de 1.ª ordem																				
Rede de 2.ª ordem	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%	125,43	70%
Rede complementar	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%	118,62	50%
RPA (Classe PA)	Com necessidade de intervenção																			
M - Vale Penedo	M	34%	M	33%	M	33%														
M - Foros de Arrão	C	100%																		
M - Galveias	C	100%																		
M - Longomel	C	100%																		
M - Montargil	C	100%																		
M - Torre das Vargens	C	100%																		
M - Vale de Açor	C	100%																		
M	M										M									
M	M										M									
M	M										M									
M	M										M									
M			M										M							
M			M	50%									M	50%						
M			M										M							

Fonte: CMPS, EDPD, REN, IP

f) Orçamentos e Responsáveis

Quadro 12 - Estimativa de orçamento para a execução da rede de FGC, RVF e RPA

Descrição FGC	Responsáveis	Estimativa orçamental									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Edificações integradas em espaços rurais	Privados	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €	233 545,00 €
Aglomerados populacionais	Privados / Adm Local	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €	81 430,00 €
Parque de campismo, parques e polígonos industriais.	Privados / Adm Local	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €	23 210,00 €
Rede viária florestal	IP / Adm Local	144 945,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €	144 870,00 €
Rede ferroviária	IP - Ferrovia	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €	19 490,00 €
Rede transporte gás	REN (Transporte Gás)	6 505,00 €	---	6 505,00 €	---	6 505,00 €	---	6 505,00 €	---	6 505,00 €	---
Redes primárias de gestão de combustíveis	ICNF	A definir pelo Plano distrital									
Linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão	EDP Distribuição	47 460,00 €	56 233,80 €	35 532,00 €	47 460,00 €	56 233,80 €	35 532,00 €	47 460,00 €	56 233,80 €	35 532,00 €	47 460,00 €
Linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão	EDP Distribuição	28 589,40 €	9 597,00 €	17 073,00 €	28 589,40 €	9 597,00 €	17 073,00 €	28 589,40 €	9 597,00 €	17 073,00 €	28 589,40 €
RVF (Rede DFCI)											
Rede de 1.ª ordem	IP	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Rede de 2.ª ordem	Adm Local/Privados	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €	116 022,75 €
Rede complementar	Adm Local/Privados	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €	109 723,50 €
RPA (Classe PA)											
Vale Penedo	Adm Local	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Foros de Arrão	Adm Local	6 307,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Galveias	Adm Local	6 307,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Longomel	Adm Local	6 307,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Montargil	Adm Local	6 307,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Torre das Vargens	Adm Local	6 307,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vale de Açor	Adm Local	6 307,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
M	Privados	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL		908 762,65 €	851 622,05 €	837 401,25 €	747 708,05 €	800 627,05 €	790 896,25 €	818 345,65 €	794 122,05 €	787 401,25 €	804 340,65 €

Fonte: CMPS, EDPD, REN, IP

4.2. REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS – 2º EIXO ESTRATÉGICO

O 2.º eixo assenta na necessidade de intervenção a nível da prevenção de incêndios florestais. A prevenção entende-se como o conjunto de atividades que têm por objetivo atuar no controlo das ignições e da sua propagação, com o intuito de mitigar os efeitos indesejáveis. Deste modo, é necessário consciencializar e atuar diferenciadamente junto da população, de forma a ter a melhor abordagem conforme o grupo-alvo da população que se quer atingir, facilitando assim, a promoção e adoção de medidas e comportamentos preventivos.

4.2.1 Avaliação

Grande parte dos incêndios florestais são de origem humana, alguns por negligência, outros intencionais. Assim sendo, é sobre a alteração desses comportamentos humanos que se deverá atuar nos diferentes segmentos populacionais.

a) Comportamentos de risco

Quadro 13 - Identificação dos comportamentos de risco

Grupo-Alvo	Comportamento de Risco			
	O quê?	Como	Onde (freguesia/local)	Quando
Proprietário Florestal, Agricultores, Trabalhadores Rurais	Ignição de Incêndios	Execução de queimas e queimadas sem considerar as medidas de segurança Utilização de máquinas e equipamentos agrícolas em dias de risco de incêndio superior a elevado	Todas as Freguesias	Período crítico e dias de risco de incêndio superior a elevado
Campistas	Realização de fogueiras para confeção de alimentos	Realização de churrascos fora dos locais apropriados		
População geral	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança apropriadas		
Caçador, Pescador, Pastor	Realização de fogueiras	Uso incorrecto do fogo para diversos fins sem considerar as medidas de segurança adequadas		
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança necessárias		
Operador de Máquinas	Utilização de maquinaria industrial, agrícola e florestal	Lançamento de faúlhas e faíscas resultantes do contacto de peças metálicas com pedras. Utilização de aparelhos de serralharia		
Proprietários de Habitações em Zona de Interface Urbano-Florestal	Ignição de Incêndios	Não proceder a acções de silvicultura preventiva em redor das suas habitações (Não cumprimento da legislação sobre FGC)		Todo o ano
Automobilista	Fumar	Lançamento de cigarros incandescentes para a via		

Fonte: CMPS

b) Fiscalização

A capacidade de fiscalização será tão mais eficaz quanto melhor a integração dos vários grupos alvo ao nível das suas responsabilidades.

Quadro 14 - Inventariação de autos levantados ao Dec. Lei nº 124/06 de 28 de junho (na sua atual redação) em 2018

Tipologia	Nº Infrações /Fiscalização	N.º Autos	Legislação Infringida
FGC Edificações - 50 m	57	13	alínea a), n.º 2, artigo 15.º
FGC Aglomerados Populacionais - 100 m	21		n.º 10, artigo 15.º
FGC Falta espaçamento entre copas	1	1	n.º19, artigo 15º
FGC Rede ferroviária - 10 m	1	1	alínea b), n.º 1, artigo 15.
Fogueiras para confeção de alimentos no período crítico no espaço florestal	4	4	alínea b), n.º 1, artigo 28.
FGC Rede elétrica MT - 7 m	5	1	alínea d), n.º 1, artigo 15.º
FGC Rede Viária - 10 m	12	2	alínea a), n.º 1, artigo 15.º
FGC polígonos industriais	4		n.º 13, artigo 15.
TOTAL	106	22	

Fonte: GNR (SEPNA)

4.2.2 Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo Estratégico

a) Sensibilização

As ações de sensibilização visam incutir nas populações responsabilidades, e uma maior consciencialização da importância do valor e da preservação do património florestal. As ações de sensibilização a desenvolver, intervêm em três grupos a nível local; população em geral, agricultores e proprietários florestais e população escolar.

Com base nas causas de incêndios florestais identificadas e tipo de público alvo, apresenta-se no **Quadro 15** as propostas e ações de sensibilização para o período de vigência do PMDFCI.

Quadro 15 - Propostas de ações de sensibilização

Propostas de Ações	Data	Local	Objectivos
			2021 a 2030
Alerta da população, em especial proprietários florestais e trabalhadores rurais, quanto à necessidade e importância de limpeza de matas fora do período crítico e dias de risco de incêndio elevado.	Outubro a Maio	Todas as freguesias	Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância de realizar operações agro-florestais fora do período crítico de incêndios.
Sensibilização dos proprietários das habitações inseridas no interface urbano/rural	Outubro a Maio	Todas as freguesias	Visitas aos proprietários com o objectivo de alertar para a importância e obrigatoriedade da limpeza dos 50 m confinantes com as habitações inseridas em espaço florestal.
Alertar a população para a existência de um intervalo de tempo em que são proibidas ou condicionadas determinadas actividades em meio rural	Maio/Junho	Todas as freguesias	Distribuição de folheto que indique o período crítico e quais os condicionalismos a observar
Alertar a população para a necessidade de comunicar ao Município/Juntas de Freguesia a intenção de realização de queima de sobranes	Outubro a Maio	Todas as freguesias	Receber os pedidos e comunicações prévias e instruir os procedimentos de autorização através da aplicação informática disponibilizada no sítio da internet do ICNF. A decisão é comunicada ao proponente através de correio eletrónico ou por SMS
Alertar a população para a necessidade de pedir autorização para a realização de queimadas junto do Município/Juntas de Freguesia	Outubro a Maio	Todas as freguesias	
Sensibilização da população escolar para importância da prevenção dos incêndios florestais	Junho/Setembro	Ponte de Sor	Contacto da GNR com a comunidade escolar através do projecto Floresta Segura

Fonte: CMPS

b) Fiscalização

As zonas prioritárias de dissuasão e de fiscalização estão representadas na **Figura 21**. Foram identificadas as freguesias onde se registaram maior número de ocorrências, grande parte delas que se consideram ser de origem intencional e negligente.

A fiscalização que será realizada dentro do período crítico terá uma maior incidência nas zonas classificadas de risco de incêndio elevado e muito elevado e nas freguesias com maior número de ocorrências, sendo elas as freguesias de União de Freguesias PSTVA e Montargil. Também deverá ser reforçada a fiscalização às sextas feiras e sábados porque são os dias da semana que apresentam um maior número de ocorrências.

A fiscalização a realizar fora do período crítico, será uma fiscalização mais relacionada com o cumprimento da execução das faixas de gestão de combustíveis na rede secundária.

Quadro 16 – Objetivos da fiscalização

FISCALIZAÇÃO		
Ação	Metas	Objetivos
Diminuir Área Ardida e Nº de Ocorrências	Fiscalizar comportamentos de risco da população	Reduzir o n.º de ignições
	Fiscalizar o cumprimento do DL nº 124/2006 nos espaços rurais	Reduzir o n.º de ignições e área ardida
	Identificação e notificação de situações de risco, por ausência de FGC	Reduzir o n.º de ignições e área ardida
	Utilização incorreta do fogo	Reduzir o n.º de ignições e área ardida
	Patrulhamento das zonas com maior risco de incêndio	Reduzir o n.º de ignições
	Acompanhamento de requerimentos de queimada	Reduzir o n.º de ignições e área ardida

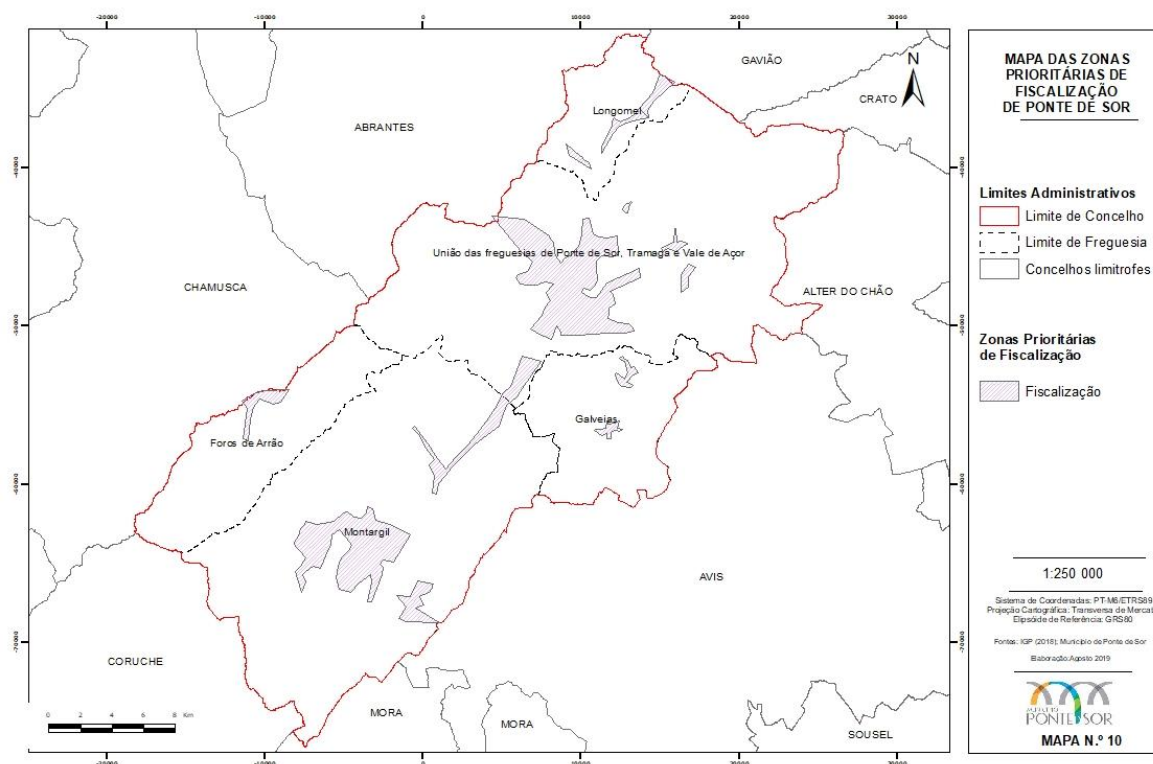


Figura 21 – Mapa das Zonas Prioritárias de Fiscalização

c) Metas e Indicadores

Quadro 17 - Definição de metas e indicadores para ações de Sensibilização

SENSIBILIZAÇÃO										
Metas	Indicadores									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância de realizar operações agro-florestais fora do período crítico de incêndios.	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos	Distribuição de 300 panfletos
Visitas aos proprietários com o objectivo de alertar para a importância e obrigatoriedade da limpeza dos 50 m confinantes com as habitações inseridas em espaço florestal.	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários	Visitar 20 proprietários
Distribuição de folheto que indique o período crítico e quais os condicionalismos a observar	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos	Distribuição de 300 folhetos
Comunicações de intenção de realizar queimas de sobranes e queimadas, através da plataforma online do ICNF, disponibilizada para o efeito	Comunicação de 50% das queimas detectadas	Comunicação de 70% das queimas detectadas	Comunicação de 70% das queimas detectadas	Comunicação de 75% das queimas detectadas	Comunicação de 80% das queimas detectadas	Comunicação de 85% das queimas detectadas	Comunicação de 90% das queimas detectadas	Comunicação de 90% das queimas detectadas	Comunicação de 90% das queimas detectadas	Comunicação de 90% das queimas detectadas
Distribuição de folhetos e outro material de sensibilização editado pelo ICNF e ANEPC	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares	Distribuição de 150 exemplares
Contacto da GNR com os proprietários rurais através do projecto "Floresta Segura"	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários	Visitar 10 proprietários

Fonte: CMPS

Quadro 18 - Definição de metas e indicadores para ações de Fiscalização

FISCALIZAÇÃO										
Metas	Indicadores									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, nos espaços florestais	Percentagem de autos levantados em função do nº de verificações efectuadas									
Identificação dos indivíduos de "perfil desviante" ou com comportamento de risco	Nº de indivíduos detectados									
Acompanhamento dos pedidos de queimadas	Nº de pedidos									
Fiscalização do comportamento da população nas freguesias de maior risco de incêndio	Percentagem de autos levantados em função do nº de verificações efectuadas									
Patrulhamento das zonas mais vulneráveis aos incêndios	Km de patrulhamento efetuado									

Fonte: CMPS

d) Orçamento e responsáveis

As ações de sensibilização a desenvolver no Concelho de Ponte de Sor não representarão um encargo adicional para as diferentes entidades responsáveis pela sua realização (GNR e CMPS), uma vez que decorrerão do normal funcionamento das mesmas, não estando previstos a aquisição de meios adicionais.

Quadro 19 - Estimativa de Orçamento para cada meta e responsáveis - Sensibilização

SENSIBILIZAÇÃO											
Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamental									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Distribuição de panfletos informativos a alertar para a importância de realizar operações agro-florestais fora do período crítico de incêndios.	Câmara Municipal	300,00 €	315,00 €	330,75 €	347,29 €	364,65 €	382,88 €	402,03 €	422,13 €	443,24 €	465,40 €
Visitas aos proprietários com o objectivo de alertar para a importância e obrigatoriedade da limpeza dos 50 m confinantes com as habitações inseridas em espaço florestal.	Câmara Municipal	200,00 €	210,00 €	220,50 €	231,53 €	243,10 €	255,26 €	268,02 €	281,42 €	295,49 €	310,27 €
Distribuição de folheto que indique o período crítico e quais os condicionamentos a observar	Câmara Municipal	300,00 €	315,00 €	330,75 €	347,29 €	364,65 €	382,88 €	402,03 €	422,13 €	443,24 €	465,40 €
Comunicações de intenção de realizar queimas de sobranes e queimadas, através da plataforma online do ICNF, disponibilizada para o efeito	Câmara Municipal / Juntas de Freguesia	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de folhetos e outro material de sensibilização editado pelo ICNF e ANEPC	Câmara Municipal / Juntas de Freguesia	50,00 €	52,50 €	55,13 €	57,88 €	60,78 €	63,81 €	67,00 €	70,36 €	73,87 €	77,57 €
Contacto da GNR com os proprietários rurais através do projecto "Floresta Segura"	GNR/SEPNA	200 €	210,00 €	220,50 €	231,53 €	243,10 €	255,26 €	268,02 €	281,42 €	295,49 €	310,27 €
TOTAL		1 050,00 €	1 102,50 €	1 157,63 €	1 215,51 €	1 276,28 €	1 340,10 €	1 407,10 €	1 477,46 €	1 551,33 €	1 628,89 €

Fonte: CMPS

Quadro 20 - Estimativa de Orçamento para cada meta e responsáveis - Fiscalização

FISCALIZAÇÃO											
Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamental									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, nos espaços florestais.	GNR/SEPNA	1 000,00 €	1 050,00 €	1 102,50 €	1 157,63 €	1 215,51 €	1 276,28 €	1 340,10 €	1 407,10 €	1 477,46 €	1 551,33 €
Identificação dos indivíduos de "perfil desviante" ou com comportamento de risco	GNR/SEPNA/CMPS	150,00 €	157,50 €	165,38 €	173,64 €	182,33 €	191,44 €	201,01 €	211,07 €	221,62 €	232,70 €
Acompanhamento dos pedidos de queimadas	GNR/SEPNA	150,00 €	157,50 €	165,38 €	173,64 €	182,33 €	191,44 €	201,01 €	211,07 €	221,62 €	232,70 €
Fiscalização do comportamento da população nas freguesias de maior risco de incêndio	GNR/SEPNA/CMPS	200,00 €	210,00 €	220,50 €	231,53 €	243,10 €	255,26 €	268,02 €	281,42 €	295,49 €	310,27 €
Patrulhamento das zonas mais vulneráveis aos incêndios	GNR/SEPNA/CMPS	600,00 €	630,00 €	661,50 €	694,58 €	729,30 €	765,77 €	804,06 €	844,26 €	886,47 €	930,80 €
TOTAL		2 100,00 €	2 205,00 €	2 315,25 €	2 431,01 €	2 552,56 €	2 680,19 €	2 814,20 €	2 954,91 €	3 102,66 €	3 257,79 €

Fonte: CMPS

4.3. MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS - 3º EIXO ESTRATÉGICO

O terceiro eixo estratégico pretende melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções devendo ser esta uma prioridade ao nível do planeamento.

Os objetivos estratégicos inerentes à melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios consistem na articulação dos sistemas de vigilância e de deteção com os meios de primeira intervenção, no reforço da capacidade da primeira intervenção e do ataque ampliado e na melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio. Para a operacionalidade dos objetivos definidos prevê-se estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado, estruturar o nível municipal e distrital e garantir uma correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio.

As ações previstas para o 3.º Eixo Estratégico pretende-se com a identificação de todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos e elaboração de cartas de visibilidade para Locais Estratégicos de Estacionamento.

Na definição das metas e indicadores das ações que fazem parte deste Eixo Estratégico foi considerada a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios.

4.3.1 Avaliação

a) Vigilância e deteção

A vigilância fixa assenta essencialmente na Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) e constitui-se como a primeira linha de deteção de ignições.

No Concelho de Ponte de Sor, existem 2 postos de vigia, no entanto é de considerar igualmente outros postos de vigia, que apesar de não estarem localizados no Concelho, a sua bacia de visibilidade abrange áreas do Concelho, sendo igualmente fundamental para uma célere deteção de incêndios (**Figura 22**).

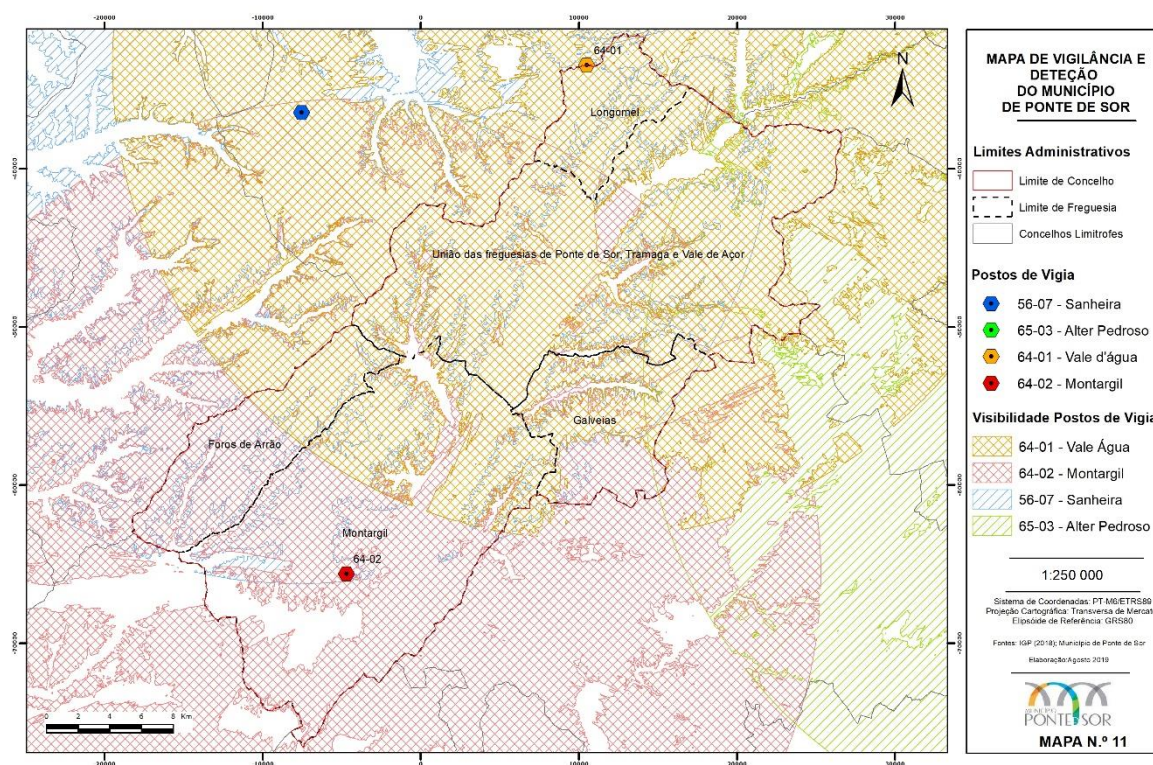


Figura 22 – Mapa de vigilância e deteção (localização dos PV e Intervisibilidade)

Com vista a melhorar a proficiência desta rede de vigia, seria de considerar o seu complemento com sistemas de videovigilância, permitindo, com isto, cobrir uma maior área vigiada no concelho.

Quadro 21 - Número de incêndios e nº total de equipas de vigilância e deteção nos diferentes níveis de perigo

Níveis de Perigo	Incêndios 2018	Equipas Vigilância e Deteção
Nível I (1 Jan - 14 Maio)	9	1 SEPNA (2 elementos) GIPS (1 equipa 4 elementos)
Nível II (15 Maio - 31 Maio)	0	2 SEPNA (4 elementos) GIPS (2 equipas 8 elementos) GNR (2 equipas / 4 elementos) 1 SF 21-AFLOSOR (4 elementos) PV Montargil - 64-02
Nível III (1 Junho - 30 Junho)	5	1 ECIN (5 elementos) 2 SEPNA (4 elementos) GIPS (3 equipas / 12 elementos) GNR (2 equipas / 4 elementos) 1 SF 21-AFLOSOR (4 elementos) PV Montargil - 64-02
Nível IV (1 Julho - 30 Setembro)	6	1 ECIN (5 elementos) 2 SEPNA (4 elementos) GIPS (1 equipa / 4 elementos + 1 heli / 8 elementos) GNR (2 equipas / 4 elementos) 1 SF 21-AFLOSOR (4 elementos) PV Montargil - 64-02; PV Vale D'Água - 64-01; PV Alter Pedroso - 65-03
Nível III (1 Outubro - 15 Outubro)	4	1 ECIN (5 elementos) 1 SEPNA (2 elementos) GIPS (1 equipa / 4 elementos + 1 heli / 8 elementos) GNR (2 equipas / 4 elementos) 1 SF 21-AFLOSOR (4 elementos) PV Montargil - 64-02; PV Vale D'Água - 64-01; PV Alter Pedroso - 65-03
Nível II (16 - 31 Out)	0	1 SEPNA (2 elementos) GIPS (3 equipas / 12 elementos) GNR (2 equipas / 4 elementos) PV Montargil - 64-02
Nível I (1 Nov - 31 Dez)	1	1 SEPNA (2 elementos) GIPS (1 equipa 4 elementos) GNR (2 equipas / 4 elementos)

Fonte: CMPS, GNR, CDOS

b) 1ª Intervenção

O objetivo dos mapas 12.1 e 12.2 (**Figura 23 e 24**) consiste numa análise sobre o tempo esperado na deslocação, por rede viária, das equipas de 1ª intervenção a partir do quartel dos bombeiros e dos LEE (Locais Estratégicos de Estacionamento), entre a hora do primeiro alerta e a chegada ao local de incêndio, para efetuar a 1ª intervenção. Tomou-se como base de enquadramento, o limite do concelho, os pontos de partida e a inclusão de todas as ligações da rede viária pertencente ao município de Ponte de Sor.

O tempo de resposta dos meios de supressão de incêndios constitui um fator crítico no âmbito do sistema municipal de DFCI, uma vez que só tempos de intervenção relativamente curtos (inferiores a 20 minutos) poderão evitar que os incêndios florestais assumam proporções de difícil controlo.

Os locais estratégicos de estacionamento identificados na **Figura 24** foram colocados para que a 1ª intervenção ocorra nos primeiros 20 minutos de incêndio.

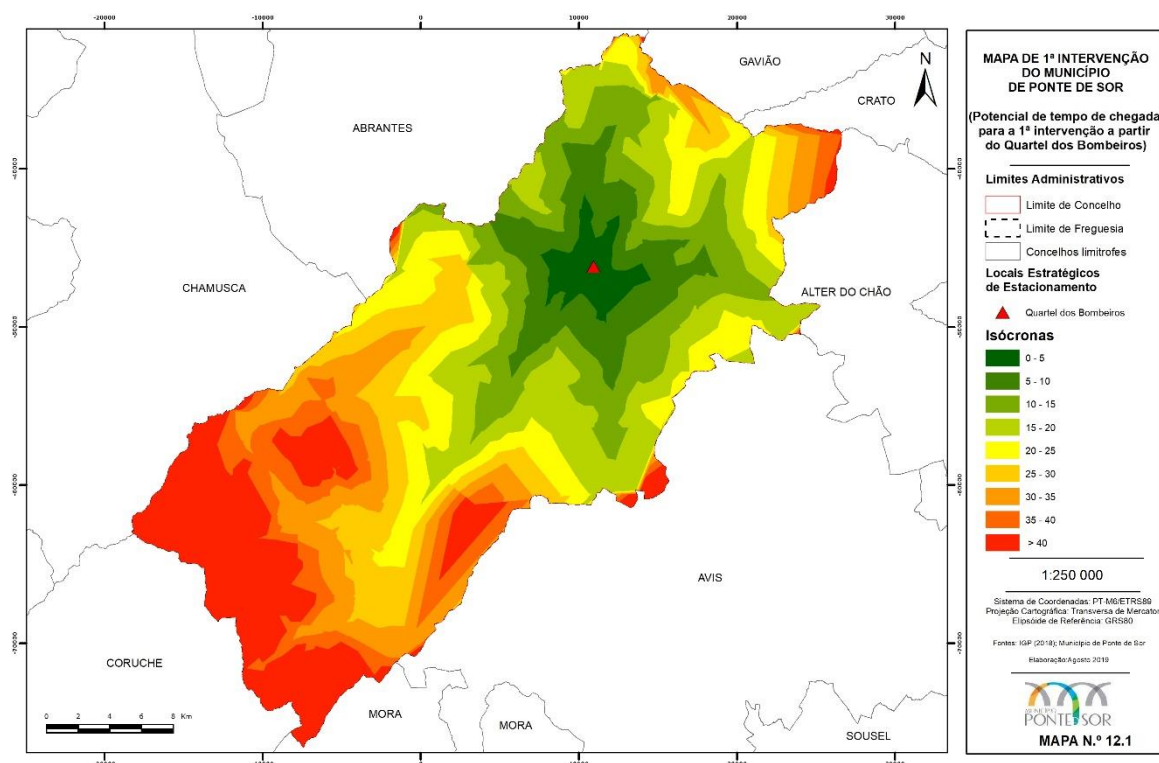


Figura 23 – Mapa de 1ª intervenção (potencial do tempo de chegada a partir do quartel dos bombeiros)



De acordo com a **Figura 23 e 24** (mapas 12.1 e 12.2) é possível observar que para todas as fases de perigo será de esperar que a maior parte da área do Concelho possa ser alcançada por equipas de primeira intervenção e/ou ataque ampliado em tempo inferior a 20 minutos, o que poderá evitar a eclosão de grandes incêndios devido a uma rápida intervenção. Tal estimativa não inclui as dificuldades associadas a propriedades vedadas ou outro tipo de constrangimentos, pelo que os valores apresentados poderão, em algumas situações, ser inferiores ao verificado no terreno.

Quadro 22 - Equipas e nº de elementos de 1ª intervenção nas diferentes fases de perigo

Fases de perigo	Data	Nº ocorrência	Local	Classificação	1ª Viatura no TO	Area(ha)
Fase I (1 jan- 14 maio)	29/01/2018	2008	Sete Sobreiras	3101	VLCI 07 Ponte Sor	a
	08/02/2018	2699	Ervideira	3101	VFCI 01 Ponte Sor	0.0941
	16/02/2018	3295	Foros do Arrão	3101	VFCI 01 Ponte Sor	0.0134
	18/02/2018	3445	Barroqueira	3105	VFCI 01 Ponte Sor	0.0182
	20/02/2018	3596	Fazenda	3104	VFCI 01 Ponte Sor	0.0333
	23/02/2018	3860	culmeais	3101	VFCI 04 Ponte Sor	0.3193
	24/02/2018	3958	Fazenda	3105	VFCI 01 Ponte Sor	0.0514
	26/02/2018	4109	EN 244	3103	VFCI 01 Ponte Sor	0.0752
	22/03/2018	6190	Bairro de São José	3105	VCOT 02 Ponte Sor	0.0695
	27/03/2018	6590	Monte de Abrantes	3101	VLCI 07 Ponte Sor	0.4644
Fase III 1 a 30 jun	06/06/2018	11760	Montargil	3105	VFCI 04 Ponte Sor	0.0605
	13/06/2018	12242	Condado da Torre	3101	HOTEL 18	2.1447
	23/06/2018	13069	Tramaga	3101	VFCI 01 Ponte Sor	1.1464
	23/06/2018	13088	Montargil	3103	VFCI 01 Ponte Sor	0.3251
Fase IV 1 jul a 30 set.	07/07/2018	14164	longomel	3101	VFCI 01 Ponte Sor	0.0005
	01/08/2018	16247	Vale de Bispo Fundeiro	3103	VLCI 07 Ponte Sor	0.1882
	22/08/2018	18276	EN 2	3103	VCOT 02 Ponte Sor	0.0053
	21/09/2018	20816	Vale do Arco	3101	VFCI 01 Ponte Sor	0.1097
	21/09/2018	20820	Sete Sobreiras	3105	VLCI 07 Ponte Sor	0.1634
	23/09/2018	21015	Tramaga	3103	VFCI 06 Ponte Sor	0.2597
Fase III 1 a 15 out	02/10/2018	21800	Rua Miguel Torga	3105	VLCI 07 Ponte Sor	0.0987
	03/10/2018	21818	Carvalhoso	3105	VLCI 07 Ponte Sor	0.0179
	08/10/2018	22212	Foros do Arrão	3105	VLCI 07 Ponte Sor	0.0555
	12/10/2018	22623	Carvalhoso	3105	VLCI 07 Ponte Sor	0.1033
Fase II 15 mai a 31 mai	24/11/2018	25458	Foros do Mocho	3101	VFCI 06 Ponte Sor	0.0004

*a ocorrência foi uma queima

Fonte: CDOS Portalegre

No **gráfico 1** apresenta-se, para cada freguesia do Concelho, o tempo médio de chegada da primeira intervenção, nos diferentes níveis. Conforme se pode constatar, no nível IV, na freguesia de Foros de Arrão o tempo de chegada de equipas para ataque inicial, é superior a 20 minutos.

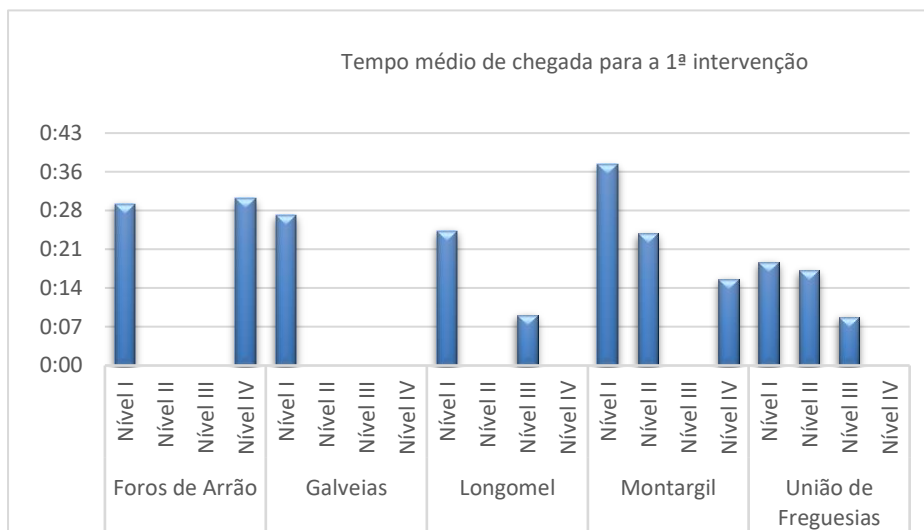


Gráfico 1 - Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1ª intervenção (2018)

Fonte: CDOS Portalegre

c) Rescaldo e vigilância pós-incêndio

Existe apenas 1 reacendimento no concelho de Ponte de Sor, em Galveias, de acordo com os dados disponíveis no SGIF (Sistema de Gestão de Incêndios Florestais), no período de 2009 – 2018, indiciando que os meios e os procedimentos seguidos nos últimos anos têm mostrado uma boa eficácia no controlo de reacendimentos, devendo ser mantidos durante o período de vigência do atual PMDFCI.

4.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3º Eixo Estratégico

a) Metas e indicadores

No **Quadro 23** são referenciados as metas e indicadores ao nível da vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós incêndio para o concelho de Ponte de Sor, para cada fase de perigo, no período entre 2021-2030

Quadro 23 - Metas e indicadores por ano nas diferentes fases de perigo

Nível de Perigo	Ação	Metas	Indicadores									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Nível I Nível II Nível III Nível IV	Vigilância e Detecção	Reduzir o N.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	< 20	< 20	< 20	< 15	< 15	< 15	< 10	< 10	< 10	< 10
		Detectar precocemente os focos de incêndio	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências	Todas as ocorrências
	1.ª Intervenção	Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos	<20 minutos
		Rescaldo e vigilância pós-incêndio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CMPS

As ações referidas no quadro anterior têm como principais objetivos diminuir o número de ocorrências, assim como, a área ardida no Município. Para o cálculo dos indicadores de vigilância e deteção teve-se em consideração a média do número de ocorrências e da área ardida dos últimos dez anos.

b) Orçamento e responsáveis

No **Quadro 24** apresenta-se a estimativa de orçamento para as ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós incêndio para o Concelho de ponte de Sor, para cada fase de perigo, no período de 2021 a 2030.

Quadro 24 - Orçamento e responsáveis referente ao 3º eixo estratégico

Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamental*									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Vigilância e Detecção	Reduzir o N.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	CMPS / GNR / BVPS	12 500,00 €	13 125,00 €	13 781,25 €	14 470,31 €	15 193,83 €	15 953,52 €	16 751,20 €	17 588,76 €	18 468,19 €	19 391,60 €
	Detectar precocemente os focos de incêndio	CMPS / GNR / BVPS	1 500,00 €	1 575,00 €	1 653,75 €	1 736,44 €	1 823,26 €	1 914,42 €	2 010,14 €	2 110,65 €	2 216,18 €	2 326,99 €
1.ª Intervenção	Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	CMPS / BVPS / GIPS	1 500,00 €	1 575,00 €	1 653,75 €	1 736,44 €	1 823,26 €	1 914,42 €	2 010,14 €	2 110,65 €	2 216,18 €	2 326,99 €
	Dominar incêndios emergentes	CMPS / BVPS / GIPS	1 000,00 €	1 050,00 €	1 102,50 €	1 157,63 €	1 215,51 €	1 276,28 €	1 340,10 €	1 407,10 €	1 477,46 €	1 551,33 €
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Evitar reacendimentos	CMPS / BVPS	2 500,00 €	2 625,00 €	2 756,25 €	2 894,06 €	3 038,77 €	3 190,70 €	3 350,24 €	3 517,75 €	3 693,64 €	3 878,32 €
TOTAL			19 000,00 €	19 950,00 €	20 947,50 €	21 994,88 €	23 094,62 €	24 249,35 €	25 461,82 €	26 734,91 €	28 071,65 €	29 475,24 €

(*)- Apenas o orçamento de CMPS

Fonte: CMPS

4.4. RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS – 4º EIXO ESTRATÉGICO

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o grande objetivo que se pretende atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo, os objetivos operacionais que se pretendem alcançar no presente PMDFCI.

O objetivo estratégico, para este eixo é recuperar e reabilitar os ecossistemas e o objetivo operacional, é avaliar e mitigar os impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

4.4.1 Avaliação

Após a ocorrência de um fogo, os espaços florestais podem sofrer processos de degradação ecológica, quer devido a perdas locais de biodiversidade, quer devido a fenómenos de erosão. Estes últimos poderão ainda causar impactos significativos nos recursos hídricos, uma vez que poderão diminuir a capacidade de retenção de águas dos solos e reduzir as secções de vazão (devido a fenómenos de assoreamento), levando a alterações nos regimes de cheia.

Neste sentido, terminada a época de incêndios, deverão efetuar-se ações de mitigação de danos nas áreas afetadas que mostrem maior vulnerabilidade a processos de erosão e degradação ecológica. De forma a tornar o processo de recuperação mais eficiente, as zonas de maior risco deverão ser identificadas previamente, assim como as intervenções a efetuar em caso de incêndio.

Os critérios utilizados no estabelecimento das necessidades de intervenção deverão ter por base a previsão de resposta dos ecossistemas ardidos, sendo prioritário a intervenção nos espaços que apresentem uma escassa regeneração espontânea e que tendam, por isso, para uma degradação irreversível ou muito lenta. As ações devem ser estruturadas de acordo com os objetivos pretendidos para as áreas afetadas sendo estas as seguintes:

- Conservação do solo e da água;
- Manutenção da resiliência dos espaços florestais;
- Manutenção da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

O período imediatamente após a passagem do fogo, é crucial, pois a perda de solo verificada nos 3 meses seguintes é deveras maior do que a perda de solo verificada nos anos posteriores. Deste modo, no que respeita à preservação do solo, a celeridade é essencial para diminuir a erosão e a perda de nutrientes, objetivo que pode ser atingido através da criação de condições para a infiltração da água no solo e de barreiras que possibilitem a acumulação de cinza. A redução do caudal de cheia e o consequente aumento do tempo de concentração é possível, recorrendo a técnicas de Engenharia Natural, denominadas barragens de correção torrencial.

No concelho de Ponte de Sor, não existem atualmente áreas a necessitar de estabilização devido à ocorrência de incêndios.

4.4.2 Planeamento das ações referentes ao 4º Eixo Estratégico

a) Estabilização de emergência e reabilitação de povoamentos e habitats florestais

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais e envolve três fases distintas:

1. A primeira, muitas vezes designada de “intervenção” ou “estabilização de emergência”, decorre logo após a época crítica de incêndios e que tem por finalidade evitar a erosão do solo e a degradação da qualidade das águas subterrâneas durante a época chuvosa (Outono e Inverno). Para além da implementação de operações que visem o controlo da erosão e incorporação de grandes quantidades de nitratos e fósforo nos aquíferos, a fase de estabilização de emergência serve ainda para proteger infraestruturas que se encontrem ameaçadas (rede viária florestal e passagens hidráulicas), assim como habitats sensíveis.
2. Segue-se uma fase designada por “reabilitação” de povoamentos e habitats florestais, nos dois anos seguintes, que tem por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos, procedendo-se, entre outras ações, à avaliação da resposta do meio aos danos sofridos, à recolha de salvados, bem como ao controlo fitossanitário, a ações de recuperação biofísica e reflorestação das zonas mais sensíveis.

3. Na terceira fase são planeados e implementados os projetos definitivos de recuperação ou reflorestação de acordo com os objetivos que se pretendem atingir (florestas de produção, proteção e/ou enquadramento paisagístico). Será nesta fase que serão promovidas as ações conducentes ao cumprimento dos objetivos de manutenção da resiliência dos espaços florestais da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

Com base nas medidas legislativas em vigor (DL n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual) torna-se legalmente obrigatório proceder à rearborização das áreas ardidas, salvo situações em que essa não seja a prática mais adequada para o uso do solo ou se a situação económica do proprietário não o permitir, obrigatoriedade que coloca em segundo plano a recuperação natural destas áreas.

Com base nas indicações enunciadas no PROF do Alentejo, as espécies mais indicadas para a região onde se insere o Município de Ponte de Sor são, o sobreiro, a azinheira, o pinheiro manso, o pinheiro bravo e o eucalipto, entre outras. Após selecionadas as espécies, no momento da rearborização deverão ser adotadas as medidas de silvicultura preventiva estipuladas pela CNR (2005), com o objetivo de garantir a existência de manchas de descontinuidade, dificultar a progressão dos fogos, diminuir os danos causados nas árvores, facilitando desta forma as diversas equipas intervenientes na DFCI do Município.

Apresenta-se de seguida um conjunto de práticas frequentemente recomendadas em situações de pós-incêndio:

- ❖ Não abater as árvores queimadas de forma a condicionar o acesso a essas áreas;
- ❖ Nas encostas com inclinações acentuadas poderão ser colocados troncos segundo as curvas de nível, de modo a reter os sedimentos, diminuir a velocidade de escoamento superficial e promover a infiltração da água;
- ❖ Proceder, se necessário, a uma sementeira de herbáceas;
- ❖ Não deverá ser iniciada a reflorestação das áreas ardidas antes de ser avaliada previamente, tendo em atenção o grau de regeneração dessas áreas;
- ❖ Em zonas com declives muito acentuadas, deve trabalhar-se segundo as curvas de nível;
- ❖ Em situações bastante severas, é aconselhável construir estruturas que evitem e protejam da erosão (caso das faxinas, telas geotêxteis, paliçadas e construção de enrocamentos).

O quadro seguinte evidencia a calendarização de algumas intervenções aplicadas na recuperação de áreas ardidas:

Quadro 25 - Calendarização das Intervenções na recuperação de áreas ardidas

Intervenções	Periodicidade após ocorrência de incêndio																																			
	Ano 1												Ano 2												Ano 3											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Remoção de material lenhoso queimado																																				
Resinosas																																				
Eucalipto																																				
Outras folhosas																																				
Utilização de técnicas de Engenharia Natural																																				
Proteção e revestimento do solo																																				
Estabilização de taludes																																				
Barragens de correção torrencial																																				
Projetos de rearborização e silvicultura preventiva																																				
Rearborização e silvicultura preventiva																																				

Fonte: CMPS

4.5. ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ – 5º EIXO ESTRATÉGICO

A concretização das ações definidas no âmbito do PMDFCI só será possível através da articulação e convergência de esforços de todos os organismos na defesa da floresta.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDFCI) é a estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de ações, no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI. O PMDFCI é o instrumento orientador do planeamento integrado dessas ações.

4.5.1 Avaliação

O objetivo da formação consiste em transmitir mais conhecimento e competências para as funções a desempenhar

a) Formação

No **Quadro 26** apresentam-se as necessidades de formação em DFCI, durante o período de vigência do atual PMDFCI

Quadro 26 - Identificação das necessidades de formação

Grupo-Alvo	Necessidade Formativa
Técnico do GTF	Especialização em SIG
	Incrementar conhecimentos de utilização de diferentes técnicas florestais
	Fogo Controlado
	Formação Anual
Equipas de 1.ª Intervenção	Formação de Combate a Incêndios Florestais
	Técnicas de utilização de Motosserra
	Técnicas de utilização de Motorroçadora
	Formação sobre Sistema de Vigilância Municipal
Produtores Agrícolas e Florestais	Utilização de extintores de pó químico seco
	Formação sobre SNDFCI

Fonte: CMPS

Quadro 27 – Estimativa orçamental para a formação.

Grupo-Alvo	Necessidade Formativa	Estimativa orçamental									
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Técnico GTF	Especialização em SIG										
	Incrementar conhecimentos de utilização de diferentes técnicas florestais										
	Formação Anual										
Equipas de 1.ª Intervenção	Formação de Combate a Incêndios Florestais										
	Técnicas de utilização de Motosserra	700 €	1 500 €	700 €	700 €	1 500 €	700 €	700 €	1 500 €	700 €	700 €
	Técnicas de utilização de Moto-roçadoura										
	Formação sobre Sistema de Vigilância Municipal										
Produtores Agrícolas e Florestais	Utilização de extintores de pó químico seco										
	Formação sobre SNDFCI										
TOTAL		700 €	1 500 €	700 €	700 €	1 500 €	700 €	700 €	1 500 €	700 €	700 €

Fonte: CMPS

4.5.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO ESTRATÉGICO

a) Organização SDFCI

No sentido de se adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz para a proteção das áreas florestais, das pessoas e dos seus bens, é essencial a existência de uma organização a nível Municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, proteção e socorro. Neste sentido, é fundamental que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) seja operacional e que consiga fomentar e implementar operações de DFCI, garantindo, ao mesmo tempo, todo o apoio técnico e logístico necessário

No Município de Ponte de Sor, a CMDf funciona sob coordenação do Presidente da Câmara Municipal.

Quadro 28 – Entidades intervenientes no SDFCI.

Comissões Municipais de Defesa da Floresta		Competências Gerais	
Outras Entidades		Articular a atuação dos organismos com competência em DFCI, no âmbito da sua área geográfica, diferentes competências	Emissão de pareceres vinculativos no âmbito do art.º 16º do Dec-Lei 124/06, na sua redação atual
		Avaliar e emitir parecer sobre o PMDFCI	
		Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios	
		Apoiar o trabalho anual de execução do PMDFCI	
		Acompanhar desenvolvimento dos programas de controlo de agentes arbóreos para promover ações de prevenção florestal	
		Acompanhar desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo INCF	
		Promover a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em alguns locais	
		Proceder à identificação e ao aconselhamento das infra-estruturas florestais para prevenção e proteção da floresta contra incêndios	
		Identificar e propor as áreas florestais com elevado condicionamento do acesso, circulação e permanência	
		Colaborar na divulgação de avisos às populações	
		Avaliar os planos de fogo pontualizado	
		Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta	
		Emitir os pareceres previstos no art.º 16º, sobre as medidas de minimização do perigo de incêndio, incluindo as medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo	
		Aprovar a delimitação das áreas identificadas com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível	
		Entidades	
Bombeiros Voluntários	Câmara Municipal	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete e pelas ações de sensibilização, fiscalização e vigilância/detecção do Município.	
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Coordenação das ações de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infra-estruturação. Registo cartográfico das áreas ardidas	
	Juntas de Freguesia	Alertar a CMDF acerca de alterações/actualizações que devam ser feitas no PMDFCI e POM.	
	Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC)	Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho.	
	GNR	Coordenação das ações de prevenção operacional relativas à vigilância, deteção e fiscalização. Manutenção do SGIF	
	AFLOSOR - Associação dos Produtores Agro-florestais da Região de Ponte de Sor	Colaboração nas ações de vigilância de incêndios e prestação de apoio técnico nas operações de gestão de combustíveis.	
	Infraestruturas de Portugal (rodovia e ferrovia)	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete	
	REN e EDP	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete	
Proprietários privados	IMT	Promover a qualidade e a segurança das infraestruturas rodoviárias	
	ANEPC	Coordenação das ações de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;	
	CCDR		
	DRA		
ANEPC	Bombeiros Voluntários	Responsáveis pela vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio	
	Proprietários privados	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete	
		Responsável pela manutenção das rede de pontos de água da sua competência e pela vigilância/deteção.	
	ANEPC	Coordenação das ações de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio	

O prazo de vigência do PMDFCI de Ponte de Sor é de 10 anos, de 2021-2030, período durante o qual a CMDFCI de Ponte de Sor tem como responsabilidade a implementação e monitorização do mesmo, garantindo dessa forma a sua execução, e pode ser sujeito a alterações intermédias, sempre que ocorra qualquer facto relevante que as justifique. A existência anual de um Plano Operacional Municipal (POM), permitirá fazer frente, de forma ágil e coordenada, ao problema dos incêndios florestais, sendo considerado um plano dinâmico e interativo, dando uma melhor perspetiva de DFCI no Município, servindo ainda, para estruturar os relatórios de vigilância a desenvolver pela CMDF. A data anual de aprovação do POM rege-se pela legislação em vigor, ou seja, até dia 15 de abril de cada ano.

Para cumprir os objetivos propostos a CMDF irá reunir-se pelo menos 3 vezes por ano. Essas reuniões permitirão compilar informação periódica no sentido de se criar um plano operacional sectorial para cada entidade interveniente no PMDFCI do Município.

Quadro 29 - Cronograma de reuniões da CMDF.

Reunião da CMDFCI	Assuntos a tratar
1º trimestre	Análise da época de incêndios do ano anterior
2º trimestre	Elaboração/Aprovação do POM
	Atualização do PMDFCI, caderno I e II
Sempre que se justifique , a CMDFCI reunirá foras destas datas	

Fonte: CMPS

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

5.1 ORÇAMENTO TOTAL

O presente capítulo resulta da compilação dos valores orçamentais apresentados em cada eixo estratégico, com o qual se pretende desenvolver as atividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada ação, verificando-se, no entanto, ausência de valores para o 4º eixo estratégico.

A estimativa de orçamento do PMDFCI de Ponte de Sor teve como base valores da matriz de referência da CAOF (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais) e valores fornecidos por entidades com responsabilidade na gestão de combustíveis.

Quadro 30 - Síntese de estimativa do PMDFCI por eixo estratégico.

Eixo Estratégico	Estimativa Orçamental									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
1.º Eixo Estratégico	908 762,65 €	851 622,05 €	837 401,25 €	747 708,05 €	800 627,05 €	790 896,25 €	818 345,65 €	794 122,05 €	787 401,25 €	804 340,65 €
2.º Eixo Estratégico	3 150,00 €	3 307,50 €	3 472,88 €	3 646,52 €	3 828,84 €	4 020,29 €	4 221,30 €	4 432,37 €	4 653,98 €	4 886,68 €
3.º Eixo Estratégico	19 000,00 €	19 950,00 €	20 947,50 €	21 994,88 €	23 094,62 €	24 249,35 €	25 461,82 €	26 734,91 €	28 071,65 €	29 475,24 €
4.º Eixo Estratégico	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
5.º Eixo Estratégico	700,00 €	1 500,00 €	700,00 €	700,00 €	1 500,00 €	700,00 €	700,00 €	1 500,00 €	700,00 €	700,00 €
Total / Ano	931 612,65 €	876 379,55 €	862 521,63 €	774 049,44 €	829 050,51 €	819 865,89 €	848 728,77 €	826 789,32 €	820 826,89 €	839 402,57 €
Total do PMDFCI										8 429 227,22 €

Fonte: CMPS

6. ANEXO – CARTOGRAFIA

Mapa N.º 1: Mapa de modelos de combustíveis florestais.

Mapa N.º 2: Mapa de perigosidade de incêndio florestal.

Mapa N.º 3: Mapa de risco de Incêndio florestal.

Mapa N.º 4: Mapa de prioridades de defesa.

Mapa N.º 5: Mapa de faixas de gestão de combustível (FGC).

Mapa N.º 6: Mapa da rede viária florestal (RVF).

Mapa N.º 7: Mapa da rede de pontos de água (RPA).

Mapa N.º 8: Mapa de silvicultura no âmbito da DFCI

Mapa N.º 9.1: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2021.

Mapa N.º 9.2: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2022.

Mapa N.º 9.3: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2023.

Mapa N.º 9.4: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2024.

Mapa N.º 9.5: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2025.

Mapa N.º 9.6: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2026.

Mapa N.º 9.7: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2027.

Mapa N.º 9.8: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2028.

Mapa N.º 9.9: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2029.

Mapa N.º 9.10: Mapa de rede de FGC, RVF e RPA – 2030.

Mapa N.º 10: Mapa das zonas prioritárias de fiscalização.

Mapa N.º 11: Mapa de vigilância e deteção (localização dos PV e intervisibilidades).

Mapa N.º 12.1: Mapa de 1ª intervenção (potencial do tempo de chegada a partir do quartel dos bombeiros).

Mapa N.º 12.2: Mapa de 1ª intervenção (potencial do tempo de chegada a partir dos LEE).

